

Ministra condena uso anônimo de verba

Supremo suspende os pagamentos do 'orçamento secreto'

Rosinei Coutinho - STF



Governo usou R\$ 1,2 bi para manipular votação da PEC dos Precatórios

Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na sexta-feira (5) suspender o pagamento das emendas de relator ao Orçamento da União, o chamado "orçamento secreto" do governo. O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou que perto do orçamento secreto o escândalo dos anões é pequeno. Já o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) disse que "este é o maior escândalo de corrupção das últimas décadas". A ministra cobrou medidas do governo e do Congresso por transparência. **Página 3**

Reprodução



Eleita, Fernanda é a mais nova imortal da ABL

A atriz Fernanda Montenegro, a grande dama do nosso teatro, TV e cinema, foi eleita no dia 4 a mais nova imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). Fernanda foi a única concorrente à cadeira 17, o que, como pontuou o presidente da ABL, Marco Lucchesi, revela uma grande deferência e respeito à trajetória da atriz. **Pág. 4**

Produção da indústria registra queda pelo quarto mês seguido



AFP

A produção industrial brasileira recuou 0,4% em setembro em relação a agosto, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quinta-feira (4) e encerra o terceiro trimestre em queda de 1,1%. É a quarta queda consecutiva da produção industrial que acumula perda de 2,6% no período. Com isso, a indústria se encontra 3,2% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, no cenário pré-pandemia, e 19,4% abaixo do nível recorde, registrado em maio de 2011. Frente a setembro de 2020, a queda foi de 3,9%. Em nove meses do ano, sete registraram queda. **Página 2**

Ciro orienta PDT a retomar "o rumo certo" e derrotar a pedalada dos precatórios

O ex-governador Ciro Gomes, presidenciável do PDT, anunciou, na quinta-feira (4), a suspensão de sua candidatura para que a bancada do partido mude a orientação do voto na discussão da PEC dos Precatórios. O PDT recomendou o voto favorável à proposta e 15 parlamentares, dos 24 do partido, votaram a favor da proposta na sessão que se encerrou na madrugada da quinta-feira. **Página 3**



André Carvalho - CNI

Vinte e um cientistas devolvem a medalha após truculência do Planalto contra pesquisadores

Depois que Jair Bolsonaro revogou a condecoração com a Ordem Nacional do Mérito Científico recebida pelo infectologista Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, por este ter comprovado a ineficácia da cloroquina contra a Covid-19, outros 21 cientistas brasileiros devolveram a homenagem em protesto. A condecoração premia personalidades que deram contribuições relevantes para a ciência e a tecnologia. **Pág. 4**

O sofrido adeus de Goiânia à rainha Marília Mendonça

Pela manhã, entre lágrimas e cantorias, fãs e admiradores da cantora Marília Mendonça, morta em acidente de avião, formaram fila para aguardar a abertura dos portões. Estima-se que 100 mil pessoas tenham comparecido ao velório da cantora e compositora. O corpo da "rainha da sofrência" foi enterrado em cerimônia restrita aos familiares, após um cortejo em carro aberto pelas ruas de Goiânia. **Página 4**

COP: China cobra de Biden ações concretas e não palavras vazias

"Enfrentar a mudança climática exige ações concretas, não palavras vazias", retrucou o porta-voz diplomático chinês, Wang Wenbin, à declaração feita pelo presidente norte-americano Joe Biden, contra a "ausência" do presidente Xi Jinping (e do presidente russo Vladimir Putin) na cúpula do clima da ONU de Glasgow, a COP26. **Página 7**

1
REAL
BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

5G chega atrasado, lento e concentrado no Brasil

Cai a farsa de Guedes: emprego com carteira assinada em 2020 foi metade do anunciado

Após uma revisão no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o número de empregos com carteira assinada criados em 2020 no Brasil desabou quase pela metade, por conta da subnotificação de demissões.

Segundo o divulgado e comemorado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, em meados de janeiro deste ano, o país tinha gerado em todo o ano passado 142.690 empregos com carteira assinada. No entanto, esse número, que já foi considerado por muitos como desastroso, conseguiu ficar ainda pior para o ministro Guedes, que passou o ano todo aventando pelos quatro cantos que a economia brasileira estava se recuperando em V (explosivo).

A verdade é que no ano passado foram criadas apenas 75.883 vagas com carteira de trabalho, de acordo com a revisão feita pelos técnicos do Ministério da Economia.

Esse resultado representa uma queda de 46,81%, na comparação com o número divulgado pelo governo em janeiro.

Quando divulgado, o Caged de 2020 acumulava 15,166 milhões de admissões e 15,023 milhões de demissões. Agora, após 10 meses de revisões mensais, o número de admissões subiu para 15,437 milhões, uma correção de 1,78%, apontou o Uol. Por outro lado, a quantidade de demissões aumentou para 15,361 milhões, um ajuste de 2,25%.

No ano passado, o governo realizou uma mudança na metodologia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o que gerou a desconfiança do público em geral, que passou a ver notícias de geração recorde de empregos de carteira assinada, quando a economia encolhia com o desemprego em alta e a fome batendo na porta.

Guedes e Bolsonaro tentaram esconder a triste realidade que atinge milhões de brasileiros, agravada com a pandemia da Covid-19. No ano passado, a economia desabou 4,1% e os índices de desemprego atingiram níveis recordes.

Segundo os últimos dados do IBGE, divulgados em outubro deste ano, o número de desempregados no país atinge cerca de 14 milhões de pessoas e 37 milhões estão na informalidade, no trabalho precário. A renda desabou 10% em um ano.

PIB 2019: "voo de galinha" foi menor

Resultado foi revisado de 1,4% para 1,2%

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou o resultado do PIB (Produto Interno Bruto) do país em 2019, revelando que o crescimento da economia foi ainda menor do que o resultado divulgado no primeiro ano de gestão de Jair Bolsonaro.

De acordo com nota do IBGE, divulgada na sexta-feira (05), ao invés do mingado crescimento de 1,4%, a economia teve variação de 1,2% em 2019. A taxa naquele ano foi ainda menor do que as já registradas em 2018 (1,8%) e em 2017 (1,3%), depois do país passar por dois anos de grande recessão (2015-2016). Uma economia estagnada, agravada pela pandemia e por um governo negacionista diante da ciência e da maior crise sanitária da história do país.

No início da pandemia, Guedes cantava aos quatro ventos que a economia crescia em "V", estava "em pleno voo", quando foi atingida pela crise sanitária. O negacionismo também na economia levou o país a registrar

as maiores taxas de desemprego da história, falências e queda na renda. O resultado só não foi pior graças ao Congresso Nacional e a sociedade organizada que garantiu o auxílio emergencial de R\$ 600. Foram agraciadas mais de 60 milhões de pessoas em todo o país que, diante da pandemia, ficaram sem renda. Para o governo, bastava um "vale" de R\$ 200, porque, segundo Bolsonaro, "a pandemia não passava de uma gripezinha".

A atualização do PIB mostra o verdadeiro desastre econômico que o governo Bolsonaro tem sido para o país. O PIB do primeiro ano de gestão se soma ao resultado de 2020, ano da pandemia, quando a economia tombou 4,1% graças às deliberadas ações deste governo de boicote às medidas de restrição, à vacina e ao bem-estar da população.

Leia matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/pib-2019-voo-de-galinha-foi-mais-baixo-que-o-divulgado-pelo-planalto/>

Produção industrial encerra o 3º trimestre no vermelho

Cesta básica ultrapassa 700 reais e corrói 60% do salário mínimo

O preço da cesta básica de alimentos em outubro já ultrapassa R\$ 700, segundo pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), realizada em 17 capitais.

Quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social (7,5%), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em outubro, 58,35% (média entre as 17 capitais) do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em setembro, o percentual foi de 56,53%. Sobre pouco para as outras contas e é cada vez maior o número de famílias que se endividam para comprar os produtos básicos, situação que é agravada com o desemprego e a queda na renda.

Segundo o Dieese, a cesta mais cara foi a de Florianópolis (R\$ 700,69), seguida pelas de São Paulo (R\$ 693,79), Porto Alegre (R\$ 691,08) e Rio de Janeiro (R\$ 673,85).

Entre as capitais do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta tem algumas diferenças em relação às demais cidades, Aracaju (R\$ 464,17), Recife (R\$ 485,26) e Salvador (R\$ 487,59) registraram os menores custos.

Em doze meses, o preço da cesta básica subiu em todas as capitais que fazem parte do levantamento. Na comparação com outubro de 2020, o preço do conjunto de alimentos básicos subiu em todas as capitais pesquisadas. Os maiores percentuais foram observados em Brasília (31,65%), Campo Grande (25,62%), Curitiba (22,79%) e Vitória (21,37%).

Com a carestia que assombra as famílias brasileiras, particularmente as de mais baixa renda, além dos alimentos que não param de subir, faltam recursos para pagar a conta de luz, o botijão de gás que já chega a R\$ 135, medicamentos, transportes e aluguel. E o governo Bolsonaro culpa o "fique em casa" pela economia estagnada, os preços dos combustíveis disparando e diz para o povo trocar feijão por fuzil e acender uma vela.

O Dieese estima, com base na cesta básica mais cara em outubro, que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.886,50, o que corresponde a 5,35 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.100,00. O cálculo leva em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças.

CNI: emprego fica estagnado e faturamento cai

Os Indicadores Industriais calculados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados na quinta-feira (4), consideram um quadro pior para a indústria em setembro em relação a agosto deste ano. Os números mostram que o emprego da Indústria de Transformação na série livre de efeitos sazonais ficou estagnado em setembro (0,0%).

A entidade também apontou que o faturamento real da Indústria caiu 1,5% em setembro frente a agosto, na série dessazonalizada. Em relação a setembro do ano passado a queda é de -9,9%.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) caiu 0,2 pontos percentuais em relação a agosto, na série dessazonalizada. Essa é a terceira queda seguida do indicador, que permanece em patamar alto, acima de 80%.

O rendimento médio real também ficou estagnado em setembro (0,0%) e vem sofrendo quedas sucessivas ao longo de 2021. Em setembro em relação ao mesmo mês anterior caiu -5,0% e acumula queda de -2,6% entre janeiro e setembro.



5G chega atrasado, lento e concentrado no Brasil

Áreas nobres e rentáveis terão prioridade. Cidades com mais de 30 mil habitantes, só para o ano 2029

Após dois anos e meio de atraso, e com Bolsonaro criando transtornos e dificuldades ao longo deste período, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) concluiu na manhã desta sexta-feira (5) o leilão de faixas de frequência da tecnologia de internet móvel de quinta geração (5G). No entanto, os brasileiros irão esperar muito ainda para desfrutar dos benefícios do 5G, que já é realidade em diversos países do mundo.

Foram levantados no leilão R\$ 46,790 bilhões "não arrecadatários", segundo o ministro das Comunicações, Fábio Faria, recursos que não irão para os cofres da União e sim para "investimentos" por 20 anos. Investimentos que as teles estrangeiras prometeram ao país após a privatização do setor para universalizar a banda larga e não o fizeram, além de receberem bilhões em isenções fiscais de governos oferecidas por uma banda larga cara, lenta e concentrada.

Cerca de 15% dos lotes oferecidos no leilão não foram arrematados. Segundo dados do Comitê Gestor da Internet, ainda que o número de usuários de internet tenha crescido no país, particularmente durante a pandemia, 17% das casas brasileiras não têm internet, assim como 33% das famílias mais pobres também

não, o que ficou evidenciado durante a pandemia, com sérios prejuízos para milhares de jovens que ficaram sem qualquer possibilidade de acesso à educação, durante mais de um ano, porque não tiveram acesso à internet. E muitos que tinham acesso se depararam com o serviço de má qualidade e de altas tarifas, sem falar nos preços abusivos nos aparelhos celulares, computadores, notebooks e tablets.

A previsão é de que a tecnologia 5G comece a chegar para as 26 capitais e o Distrito Federal apenas em julho de 2022, mas isso não significa que o 5G estará disponível em todos os lugares. De acordo com o cronograma da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em cidades com mais de 500 mil habitantes, até 31 de julho de 2025; em municípios com mais de 200 mil, até 31 de julho de 2026; e em cidades com mais de 100 mil, até 31 de julho de 2027.

Nos municípios com menos de 30 mil habitantes, a previsão é cobertura de 30% das cidades até 31 de dezembro de 2026; 60% até 31 de dezembro de 2027; 90% até 31 de dezembro de 2028; e 100% até 31 de dezembro de 2029.

Leia matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/5g-chega-atrasado-lento-e-concentrado-no-brasil/>

Bolsonaro quer se 'livrar' da Petrobrás

Assim que chegou ao Planalto, em 2019, Bolsonaro e seus filhos participaram de um jantar nos Estados Unidos, organizado por um bando de lunáticos direitistas ladeados por ninguém menos que Olavo de Carvalho, um idiota fascista, tido à época como "guru" do capitão cloroquina. Na ocasião, em seu discurso, Bolsonaro afirmou que sua missão como presidente não era construir nada. Ele tinha chegado onde chegou com o objetivo de destruir.

OBJETIVO É DESTRUIR

"O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que destruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz", afirmou ele naquele jantar, arrancando aplausos dos trumpistas, terraplanistas e outros bichos presentes.

No sábado (6), em mais uma de suas 'motociatas', desta vez em Ponta Grossa (PR), ele repetiu, de forma explícita, o objetivo anunciado naquele sinistro jantar. "A economia sofreu um golpe. No mundo todo. Sabemos da inflação, aumento de combustível. Sabemos da Petrobrás, é independente, infelizmente. Infelizmente independente. E nós estamos buscando uma maneira de ficar livre da Petrobrás. Fatiar bastante, quem sabe partir para uma privatização", disse Bolsonaro.

Agora, juntando as coisas, é perfeitamente compreensível que durante toda a pandemia, que tanto sofrimento trouxe aos brasileiros, Bolsonaro não deu apoio e nem demonstrou nenhum sentimento de soli-

Recuo de 0,4% em setembro foi a sétima queda em nove meses do ano, diz IBGE. Segundo sondagem da CNI, emprego, faturamento e renda também pioraram

A produção industrial brasileira recuou 0,4% em setembro em relação a agosto, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quinta-feira (4) e encerra o terceiro trimestre em queda de 1,1%.

É a quarta queda consecutiva da produção industrial que acumula perda de 2,6% no período. Com isso, a indústria se encontra 3,2% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, no cenário pré-pandemia, e 19,4% abaixo do nível recorde, registrado em maio de 2011. Frente a setembro de 2020, a queda foi de 3,9%. Em nove meses do ano, sete registraram queda.

De agosto para setembro de 2021, houve taxas negativas em três das quatro das categorias econômicas: bens de capital: -1,6%; bens de consumo duráveis: -0,2%; bens intermediários: -0,1%. A produção de bens de consumo semi e não-duráveis foi a única a crescer, com uma taxa de 0,2%. Dez dos 26 ramos pesquisados tiveram queda.

Com a economia estagnada, desemprego e carestia nos preços dos alimentos, as maiores quedas na produção em setembro foram verificadas no segmento de produtos alimentícios que recuou 1,3%.

"Podemos observar sinais negativos em segmentos importantes no setor de alimentos, como a parte relacionada ao açúcar, por causa das condições climáticas adversas que prejudicaram a cana-de-açúcar. Outro setor com comportamento negativo foi o das carnes bovinas, explicado pela suspensão das exportações desse produto para a China no início de setembro, por conta do 'mal da vaca louca'. Isso impactou negativamente o setor de alimentos", diz André. Com isso, esse segmento encontra-se 7,4% abaixo do patamar pré-pandemia.

O IBGE destaca ainda que, além desses setores, tiveram queda na passagem de agosto para setembro os segmentos de couro, artigos para viagem e calçados (-5,5%), outros equipamentos de transporte (-7,6%), bebidas (-1,7%), indústrias extrativas (-0,3%), móveis (-3,7%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-1,7%).

Entre os que registraram alta, destacaram-se produtos farmacêuticos e farmacêuticos (6,5%), outros produtos químicos (2,3%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,0%) e máquinas e equipamentos (1,9%). Outras altas vieram de celulose, papel e produtos de papel (1,2%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,7%) e produtos do fumo (6,6%).

Em setembro, entre as categorias, bens de capital teve a

Governo corta tarifas e escancara o país aos importados. Sabota a produção nacional e o emprego

Um dia após a divulgação pelo IBGE de que a produção industrial brasileira encerrou o terceiro trimestre de 2021 no vermelho, em queda de 1,1%, o governo Bolsonaro resolveu dar mais benesses aos importados. Ele cortou em 10% as tarifas de importação. O pretexto foi o combate à inflação.

Sem o aval do Mercosul, o governo brasileiro, através de uma nota conjunta dos ministérios da Economia e das Relações Exteriores, anunciou, na sexta-feira (5), a redução em 10% das alíquotas do Imposto de Importação de 87% das mercadorias comercializadas com países fora do Mercosul (mais de 8 mil produtos, inclusive alimentos), exceto os já abrangidos pelo Bloco. A redução tarifária só valerá para o Brasil. A pedido da Argentina, foram excluídos itens, como automóveis, autopeças, laticínios, têxteis, pêssegos e brinquedos. A redução das alíquotas de importação valerá até dezembro de 2022.

Mas, na verdade, a medida tomada pelo governo faz parte da meta deontia de Paulo Guedes de vender o Brasil e escancarar o país aos estrangeiros. Com esta decisão, Guedes e Bolsonaro afundam ainda mais a indústria nacio-

nal na recessão e aumentam o desemprego no Brasil. Afinal, segundo Guedes, criar 50 mil empregos a mais ou a menos não passa de "muito barulho", a referir-se aos "erros" nos números do emprego com carteira assinada em 2020, divulgados pelo Caged.

RECUE DE 3,9% FRENTE A SETEMBRO DE 2020

Frente a setembro de 2020, a indústria recuou 3,9%, com resultados negativos em três das quatro grandes categorias econômicas, 18 dos 26 ramos, 45 dos 79 grupos e 55,7% dos 805 produtos pesquisados. Entre as atividades, as principais influências negativas foram: produtos alimentícios (-11,9%), veículos automotores, rebocos e carrocerias (-7,9%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-4,6%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-18,7%).

Vale destacar as contribuições negativas dos ramos de couro, artigos para viagem e calçados (-16,0%), bebidas (-7,1%), produtos de borracha e de material plástico (-7,7%), móveis (-21,0%), produtos de metal (-5,7%), outros produtos químicos (-2,9%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-6,8%), produtos têxteis (-8,6%) e produtos do fumo (-27,1%).

Para a indústria, o desempenho industrial vem deixando muito a desejar em 2021. Segundo o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), ao analisar os dados de agosto, quando a produção industrial também recuou -0,7%, ressaltou "que as variações positivas, quando existem, ocorrem mais em função de bases de comparação muito baixas do que por um processo de retomada do nível de atividade do setor".

Os dados da indústria do terceiro trimestre reforçam as previsões de mais um ano de estagnação na economia, ao contrário do crescimento em "V", segundo Bolsonaro e Paulo Guedes. O desemprego continua em alta e a renda com tomo histórico de 10,2%, situação agravada pela alta da energia elétrica e dos combustíveis que não param de subir.

Segundo dados da Pnad Contínua do IBGE, são 37 milhões de brasileiros na informalidade, sem carteira assinada, com a renda arrojada. O salário médio na indústria desabou 13,8% no trimestre encerrado em agosto na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

Com o aumento dos juros e queda nos investimentos públicos, o resultado é queda na produção, nas vendas, nos serviços e o aumento da miséria.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oci.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oci.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curiú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campina Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



José Cruz/Agência Brasil

Ex-governador e ex-ministro **Ciro Gomes** **Ciro orienta PDT a “retomar o rumo certo” e derrotar pedalada dos precatórios**

O ex-governador **Ciro Gomes**, presidente do PDT, anunciou, na manhã desta quinta-feira (4), a suspensão de sua candidatura para que a bancada do partido mude a orientação do voto na discussão da PEC dos Precatórios. O PDT recomendou o voto favorável à proposta e 15 parlamentares, dos 24 do partido, votaram a favor da proposta na sessão que se encerrou na madrugada de hoje (4).

“Há momentos em que a vida nos traz surpresas fortemente negativas e nos coloca graves desafios. É o que sinto neste momento, ao deparar-me com a decisão de parte substantiva da bancada do PDT de apoiar a famigerada PEC dos precatórios”, disse **Ciro Gomes**.

VOTAÇÃO EM SEGUNDO TURNO

“A mim só me resta um caminho”, prosseguiu o ex-governador, “deixar a minha pré-candidatura em suspenso até que a bancada do meu partido reavalie sua posição”, acrescentou o presidente do PDT. “Temos um instrumento definitivo nas mãos, que é a votação em segundo turno, para reverter a decisão e voltarmos ao rumo certo”, acrescentou **Ciro**.

Em que pese todo esforço do governo e das manobras regimentais que foram colocadas em prática, a proposta foi aprovada por uma margem muito pequena, de apenas 4 votos. O número mínimo para a aprovação da matéria era de 308 votos. O governo obteve apenas 312. A oposição avalia que é possível reverter a decisão na segunda votação. A decisão de **Ciro Gomes** de suspender sua pré-candidatura para reverter a decisão da bancada pedetista, aponta neste mesmo sentido.

Sobre a justificativa da bancada do partido, de que votaram a favor da proposta por causa do Fundef, **Ciro** alertou: “não podemos compactuar com a farsa e os erros bolsonaristas. Justiça Social e defesa dos mais pobres não podem ser confundidas com corrupção, clientelismo grosseiro, erros administrativos graves, desvios de verbas, calotes, quebre de contratos e com abalao ao arcabouço institucional”.

Diversos deputados denunciaram que a PEC inclui o parcelamento e o adiamento do pagamento de recursos devidos ao Fundef, mas nem a possibilidade de que isso pudesse ocorrer está garantida na proposta. No “acordo” não há verbas suficientes a serem destinadas ao pagamento da primeira parcela de 40% da dívida com o Fundef.

A oposição votou majoritariamente contra a proposta do governo por considerar que não era necessário dar uma pedalada nas milhares de pessoas que têm o direito legal de receber as dívidas da União para viabilizar o programa social. Havia outras alternativas, como a aprovação de um orçamento de guerra, que ocorreu no início da pandemia, por exemplo. Os deputados denunciaram que os objetivos escusos estão exatamente nas destinações secretas de parte das verbas.

GOVERNO TINHA OUTRAS SAÍDAS

O líder da Oposição, **Alessandro Molon** (PSB-RJ), argumentou que “o governo tinha outras alternativas para aprovar os recursos para o Auxílio Brasil. A MP aprovando crédito extraordinário com este fim, por exemplo, teria votação consensual nesta casa”, afirmou o deputado. “O que nós não aceitamos é que casuisticamente Vossa Excelência decida considerar os votos dos colegas ausentes a favor desta PEC. Isso é um atentado contra os procedimentos desta Casa, uma violação dos direitos da minoria parlamentar. Não aceitamos ser atropelados deste jeito”, disse o deputado.

No MDB, apenas 11 dos 34 deputados federais votaram a favor da proposta. O líder da sigla, **Isnaldo Bulhões Júnior** (AL), se posicionou contra. Segundo o líder do partido, a sigla só apoiaria uma alteração no teto que fosse estritamente usada para pagar o auxílio emergencial às famílias pobres, mas não para permitir outros gastos. No Senado Federal, onde a proposta deverá tramitar, a legenda detém a bancada mais numerosa, com 15 parlamentares. Ao tomar a decisão de deixar “em suspenso” sua pré-candidatura, **Ciro Gomes** disse que “não pode compactuar com a farsa e os erros bolsonaristas”.

Ao encaminhar o voto contrário da Bancada, o líder do PCdoB na Câmara, deputado **Renildo Calheiros** (PE), denunciou que a proposta do governo “é a ‘PEC do Calote’, a PEC que desrespeita os professores, a PEC que desrespeita as sentenças judiciais já inscritas em precatórios”.

O deputado **Orlando Silva** (PCdoB-SP) protestou contra outro atropelamento regimental patrocinado por **Lira**, que viabilizou a apresentação de emenda aglutinativa para alterar a forma de pagamento dos precatórios do Fundef. Ele considerou gravíssima a decisão da Mesa, que chamou de “pedaladas legislativas”. “Gravíssimo”, disse o deputado.

Para a líder do PSOL, **Talíria Petrone** (RJ), a manobra representou um “vale-tudo para aprovar” o que **Lira** deseja. “Um vale-tudo para o orçamento secreto, para dar boias de salvação a **Bolsonaro**, para mentir para o povo. Porque taxar lucros e dividendo, derrubar teto de gastos e usar 20 bilhões do orçamento secreto já seria suficiente”, disse a deputada. O líder do PT, **Bohn Gass** (RS) afirmou que **Bolsonaro** “não poderia abandonar a rede de proteção social do Bolsa Família”.

‘Orçamento secreto’: ministra do STF suspende pagamentos

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Decisão da ministra Rosa Weber atendeu pedidos do PSB, Cidadania e PSOL

‘Campeão de mortes’ reclama que diretor da OMS é “uma pessoa controversa”

Jair Bolsonaro usou o cercadinho na quarta-feira (3) para reclamar do diretor da OMS, **Tedros Adhanom**. Disse que a autoridade mundial em saúde é uma “pessoa controversa”. Ele ficou irritado porque tentou arrastar **Adhanom** para sua cruzada negacionista contra as vacinas e não conseguiu. Queria que a OMS divulgasse uma nota se posicionando contra a vacinação de crianças.

Como a OMS não é irresponsável, **Adhanom**, evidentemente, não aceitou a sugestão de **Bolsonaro**. Até porque, o capitão cloroquina não é referência para ninguém em termos de combate à pandemia. Pelo contrário, ele é visto no mundo todo como um pária aliado do vírus. Além do mais, já há várias agências do mundo, inclusive a americana FDA, recomendando a vacinação de crianças.

A OMS, que estimula a vacinação em todo o mundo, considera mais recomendável, nos casos das crianças, aguardar os estudos que estão sendo conduzidos em diversos países, para então emitir um parecer definitivo. **Bolsonaro**

queria uma recomendação já contra a vacinação das crianças. E, se dependesse só dele, a ordem seria para proibir qualquer vacinação contra a Covid-19.

A conversa de **Bolsonaro** com **Adhanom** se deu durante a reunião do G20 na Itália. Foi, aliás, uma das poucas conversas bilaterais conseguidas pelo capitão cloroquina durante todo o evento.

Ele aproveitou os holofotes da conversa para mentir mais uma vez. Repetiu que o Supremo Tribunal Federal impediu o seu trabalho na pandemia. O seu “trabalho” era simplesmente sabotar vacinas, permitir aglomerações e liberar o uso de máscaras. O diretor da OMS ficou só ouvindo a arenga negacionista. Depois, perguntou se o Brasil podia ajudar de alguma maneira os países pobres com vacinas.

Fazendo o que sempre fez desde o início da pandemia, ou seja, inventar mentiras sem nenhum escrúpulo, apontar “estudos” apócrifos, citar “grandes cientistas” e manipular as supostas posições de entidades contra o uso de vacinas, **Bolsonaro** pretendia usar a posição

de expectativa da OMS quanto à vacinação de crianças para reforçar suas posições retrógradas e anticientíficas.

Para isso, ele se referiu a **Adhanom** na conversa do cercadinho. Questionou, de forma retórica, se um apoiador do cercadinho vacinaria seus dois filhos. Antes da resposta, ele interrompeu. “Não responda: você tem duas crianças aqui, vão ser vacinadas? Ouçam o **Tedros**, da OMS. Ele é uma pessoa controversa também, mas ele fala sobre essas questões”. Uma insinuação clara de **Adhanom** estaria condenando a vacinação de crianças. O que não é verdade.

Em sua página na internet, a organização afirma que “mais evidências são necessárias sobre o uso das diferentes vacinas contra Covid-19 em crianças para poder fazer recomendações gerais sobre a vacinação de crianças contra Covid-19”.

Ou seja, a posição é de expectativa quanto aos diversos estudos que estão em andamento, inclusive não só os ensaios clínicos como também os estudos que estão sendo conduzidos na própria pandemia.

“Sustar emendas do ‘orçamento secreto’ é sim competência do STF”, diz Flávio Dino

O governador do Maranhão, **Flávio Dino** (PSB), rebateu, neste domingo (7), as alegações de políticos governistas de que a decisão da ministra **Rosa Weber**, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender a execução das chamadas “emendas de relator”, conhecidas também como “orçamento secreto”, seria uma invasão de prerrogativas do Poder Legislativo.

“Não há invasão de competência própria do Legislativo ou do Executivo. É sim mero controle de constitucionalidade e de legalidade quanto a atos administrativos, sob o crivo dos princípios da moralidade e da publicidade (art 37 da CF)”, escreveu o governador maranhense no Twitter.

Ele foi ainda mais didático em sua explicação. “Esquemáticamente, são funções típicas dos Poderes: Legislativo – fazer as leis; Executivo – executar as leis e Judiciário – controle de constitucionalidade e de legalidade. Se Judiciário não pudesse cumprir sua função típica, ele que estaria sendo usurpado pelos demais Poderes”, apontou o governador, que já foi promotor de Justiça.

O líder da oposição na Câmara, deputado **Alessandro Molon** (PSB-RJ), foi na mesma direção. “Trata-se certamente de uma das decisões mais importantes do STF nos últimos anos”, disse ele. “É importante para proteger a democracia

brasileira e o bom funcionamento do Congresso nacional. As emendas de relator violam princípios constitucionais, como o princípio republicano da transparência, entre outros. A decisão é de extrema relevância para o país, para o Congresso e para a democracia”, completou **Molon**.

Parlamentares da oposição e juristas estão denunciando que instituir o “orçamento secreto” é um crime contra o patrimônio público. A própria ministra **Rosa Weber** argumentou em sua decisão que a distribuição de recursos das emendas de relator não leva em conta “quaisquer parâmetros de equidade ou padrões de eficiência na eleição dos órgãos e entidades beneficiários dos recursos alocados, restando constatada a inexistência de critérios objetivos, definidos conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

O deputado **Orlando Silva** (PCdoB-SP) classificou a criação do orçamento secreto como “um dos maiores escândalos das últimas décadas”. “Não há nenhuma transparência na distribuição do dinheiro público”, denunciou o parlamentar. “Todo o cidadão brasileiro tem o direito de saber como estão sendo usados os recursos de seus impostos. Eu que sou deputado e não sei dizer para onde está indo esse dinheiro”, disse **Orlando**.

Governo usou R\$ 1,2 bilhão para interferir na votação da PEC dos Precatórios na semana passada, na Câmara

A ministra **Rosa Weber**, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta sexta-feira (5) suspender o pagamento das emendas de relator ao Orçamento da União, o chamado “orçamento secreto” do governo.

O líder da oposição, deputado **Alessandro Molon** (PSB-RJ), afirmou que perto do orçamento secreto o escândalo dos anos é pequeno. Já o deputado **Orlando Silva** (PCdoB-SP) disse que “este é o maior escândalo de corrupção das últimas décadas”.

As emendas individuais seguem critérios bem específicos e são divididas de forma equilibrada entre todos os parlamentares. São diferentes das emendas de relator, que compõem o orçamento secreto. Elas não seguem critérios usuais e beneficiam somente parlamentares que votam com o governo.

A decisão de **Rosa Weber** foi concedida nas ações do Cidadania, do PSB e do PSOL, que pediam para que o Supremo torne sem efeitos a execução dessas emendas.

A ministra determinou ainda que o governo e o Congresso adotem medidas de transparência para execução dos recursos para que seja assegurado amplo acesso público a todas as demandas de parlamentares sobre a distribuição das emendas de relator.

Em sua decisão, **Rosa Weber** afirmou ainda que o Congresso criou dois regimes para a execução das emendas, um transparente e, outro, um “sistema anônimo de execução das des-

Desembargador que “salvou” mandato de Lira é alvo de operação da Polícia Federal

Agentes da Polícia Federal cumpriram na quinta-feira (4) um mandato de busca e apreensão no gabinete do desembargador **Celyrio Adamastor Tenório Accioly**, no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). A ação faz parte da Operação Pecunia Non Olet (dinheiro não tem cheiro) que investiga um esquema de venda de sentenças no tribunal alagoano.

Segundo a PF, há indícios fortes de que o magistrado adiou um julgamento e proferiu decisões favoráveis a uma empresa do ramo da educação. Em troca, teriam sido feitos pagamentos de gastos pessoais. Os investigadores apontam para a intermediação de agentes públicos e advogados no esquema.

“Os envolvidos poderão responder pelos crimes de corrupção ativa e passiva, além de advocacia administrativa, situação em que agentes públicos promovem interesses ilegítimos, solicitando retardamento, ação ou omissão de atos de ofício, em contrariedade aos preceitos e princípios legais”, disse a PF em nota.

A PF diz que são investigados crimes de corrupção e advocacia administrativa. O caso, porém, tramita sob sigilo. De acordo com a polícia, a investigação aponta que agentes públicos e advogados fizeram a intermediação do retardamento de julgamento e de decisões rela-

“Bolsonaro abre a boca para jogar fezes”, diz Omar Aziz em resposta

O senador **Omar Aziz** (PSD-AM), que presidiu a CPI da Pandemia, afirmou que **Jair Bolsonaro** “abre a boca para jogar fezes” e que é “uma pena que o Brasil seja governado por esse tipo de gente”.

Aziz respondeu ao comentário de **Jair Bolsonaro**, que o chamou de “cara de capivara”. “O sentimento que eu tenho nesse momento, além de preocupação, é de pena com quem está passando fome e dificuldade”, falou.

O senador disse que **Bolsonaro** quando era parlamentar era do tipo que “tira proveito de funcionários do próprio gabinete”, referindo-se aos esquemas de “rachadinha” que existiam nos gabinetes de **Jair** e seus filhos.

Rachadinha é quando um parlamentar pega para si uma parte, ou todo, do salário de seus assessores, reais ou funcionários fantasma. A prática é considerada crime de peculato.

pesas decorrentes de emendas do relator”.

“Enquanto as emendas individuais e de bancada vinculam o autor da emenda ao beneficiário das despesas, tornando claras e verificáveis a origem e a destinação do dinheiro gasto, as emendas do relator operam com base na lógica da ocultação dos efetivos requerentes da despesa, por meio da utilização de rubrica orçamentária única (RP 9)”, disse **Rosa Weber**.

A distribuição de recursos das emendas de relator, acrescentou a ministra, não levam em conta “quaisquer parâmetros de equidade ou padrões de eficiência na eleição dos órgãos e entidades beneficiários dos recursos alocados, restando constatada a inexistência de critérios objetivos, definidos conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

O “orçamento secreto” foi revelado em maio deste ano em reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo”. De acordo com a publicação, o governo federal teria montado um orçamento paralelo por meio do qual deputados e senadores aliados indicavam obras públicas e compra de equipamentos em suas bases eleitorais.

O esquema teria sido usado pelo governo para ampliar sua base de apoio no Congresso. De acordo com a reportagem, parte do dinheiro serviu para compra de tratores e equipamentos agrícolas superfaturados e obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União.

Desembargador que “salvou” mandato de Lira é alvo de operação da Polícia Federal

Agentes da Polícia Federal cumpriram na quinta-feira (4) um mandato de busca e apreensão no gabinete do desembargador **Celyrio Adamastor Tenório Accioly**, no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). A ação faz parte da Operação Pecunia Non Olet (dinheiro não tem cheiro) que investiga um esquema de venda de sentenças no tribunal alagoano.

Segundo a PF, há indícios fortes de que o magistrado adiou um julgamento e proferiu decisões favoráveis a uma empresa do ramo da educação. Em troca, teriam sido feitos pagamentos de gastos pessoais. Os investigadores apontam para a intermediação de agentes públicos e advogados no esquema.

“Os envolvidos poderão responder pelos crimes de corrupção ativa e passiva, além de advocacia administrativa, situação em que agentes públicos promovem interesses ilegítimos, solicitando retardamento, ação ou omissão de atos de ofício, em contrariedade aos preceitos e princípios legais”, disse a PF em nota.

A PF diz que são investigados crimes de corrupção e advocacia administrativa. O caso, porém, tramita sob sigilo. De acordo com a polícia, a investigação aponta que agentes públicos e advogados fizeram a intermediação do retardamento de julgamento e de decisões rela-

“Bolsonaro abre a boca para jogar fezes”, diz Omar Aziz em resposta

O senador **Omar Aziz** (PSD-AM), que presidiu a CPI da Pandemia, afirmou que **Jair Bolsonaro** “abre a boca para jogar fezes” e que é “uma pena que o Brasil seja governado por esse tipo de gente”.

Aziz respondeu ao comentário de **Jair Bolsonaro**, que o chamou de “cara de capivara”. “O sentimento que eu tenho nesse momento, além de preocupação, é de pena com quem está passando fome e dificuldade”, falou.

O senador disse que **Bolsonaro** quando era parlamentar era do tipo que “tira proveito de funcionários do próprio gabinete”, referindo-se aos esquemas de “rachadinha” que existiam nos gabinetes de **Jair** e seus filhos.

Rachadinha é quando um parlamentar pega para si uma parte, ou todo, do salário de seus assessores, reais ou funcionários fantasma. A prática é considerada crime de peculato.

Partida da cantora Marília Mendonça comove o Brasil

Por todo o país, a população se entristeceu com o falecimento precoce da “Rainha da Sofrência” em um acidente de avião na cidade de Caratinga, MG

A morte de Marília Mendonça em acidente aéreo nesta sexta-feira (05) comoveu o país. Conhecida como a “Rainha da Sofrência”, a cantora de 26 anos, deixa um filho de um ano e 10 meses, uma carreira de sucessos e marcada pelo carinho dos brasileiros.

Por todo o país a população se entristeceu com a morte precoce da cantora. Em diversas localidades os fãs se reúnem para homenagear a memória de Marília Mendonça.

Além da cantora, também faleceram o produtor Henrique Ribeiro, seu tio e assessor Abiceli Silveira Dias Filho, o piloto Geraldo Martins de Medeiros, e o co-piloto do avião, Tarcísio Pessoa Viana. O Corpo de Bombeiros confirmou a informação através de uma nota enviada para a imprensa. Inicialmente, a assessoria da cantora chegou a divulgar que todas as pessoas que estavam no avião tinham sido resgatadas e que estavam bem. Entretanto, horas depois voltou atrás e confirmou os óbitos.

O ginásio Goiânia Arena, na capital de Goiás, foi o local escolhido pela família para o velório da cantora e mais de 100 mil pessoas passaram pela cerimônia. Marília foi sepultada no final da tarde do sábado.

Marília foi a artista mais ouvida do Brasil em 2019 e 2020, de acordo com dados do aplicativos de streaming. Ela é uma das artistas mais reconhecidas atualmente e com grande relevância internacional. No YouTube, seus cliques somam 13,9 bilhões de visualizações.

A cantora tem 46 vídeos com mais de 100 milhões de visualizações. O mais popular é o da música “Infiel”, um de seus maiores sucessos, com 546 milhões de acessos.

Ainda no YouTube, a cantora quebrou a incrível marca de live mais assistida de 2020: com 3,31 milhões de telespectadores simultâneos.

Marília ganhou em 2019 o Grammy Latino pelo melhor álbum de música sertaneja, por seu projeto “Em todos os cantos”. A artista também tem 3 Prêmios Multishow, uma das principais premiações da música brasileira.

DEFESA DAS MULHERES

Marília sempre se colocou na defesa dos direitos das mulheres, trazendo em suas letras a força feminina e uma postura contra relacionamentos abusivos.

Após a repercussão do caso de violência doméstica em que DJ Ivis aparece agredindo a ex-esposa, Pamela Holanda, Marília Mendonça e as cantoras Maiara e Maraisa lançaram uma música contra o machismo e a violência contra a mulher. As sertanejas, que juntas tinham o projeto ‘As Patroas’ publicaram nas redes sociais um vídeo cantando um trecho da canção, que teve o lançamento adiantado.

“No dia que escutamos ela (música), choramos as três. Estávamos preparando um trabalho especial para essa música de conscientização sobre a importância da denúncia contra a agressão a mulher, justamente por saber que somos referências pra muitas no Brasil, que passam todos os dias por situações parecidas e por muitas vezes se sentem desencorajadas a denunciar”, explicou Marília na legenda da postagem.

“Não deu pra esperar. Não temos mais tempo. Estamos aqui com você. Ligue 180 e denuncie! Você não está sozinha”, finalizou.

A letra da música diz: Tire suas mãos de mim / Quando eu te conheci você não era assim / Não te devo explicações de nada / Não tenho medo da sua ameaça / E que pra você é só ciúmes / Mas isso é doença e você não assume / Seu amor é mal acostumado a gritar e proibir.

DESTROÇOS SUGEREM COLISÃO COM ANTENA, DIZ POLÍCIA

A Polícia Civil afirmou, em entrevista coletiva na noite desta sexta-feira, que não têm condições de determinar a

causa do acidente aéreo, mas encontrou destroços de uma antena de energia elétrica no local da queda da aeronave. “A gente não pode falar sobre a causa do acidente. Há destroços de uma antena que sugere que o avião tenha colidido com essa antena”, afirmou Ivan Salles, delegado regional da Polícia Civil de Caratinga.

“A perícia compareceu ao local e fez os trabalhos. Amanhã continuam os trabalhos. Cabe à Polícia Civil acionar a Cenipa para saber as causas do acidente”, completou.

Os policiais também foram cautelosos em relação à causa da morte dos ocupantes. “Foi um acidente com uma energia de grande impacto, que causou diversos traumas nos ocupantes”, diz o médico legista Pedro Fernandes.

O avião que transportava a cantora Marília Mendonça e mais quatro pessoas atingiu cabos de uma torre de alta tensão antes de cair em Caratinga, Minas Gerais, nesta sexta-feira. A informação foi confirmada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Mais cedo, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), órgão vinculado à Força Aérea Brasileira (FAB), anunciou que vai investigar o caso.

A sertaneja estava em um bimotor Beech Aircraft, da PEC Táxi Aéreo, de Goiás, prefixo PT-ONJ, que tinha capacidade para seis passageiros. De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o avião tinha autorização para fazer táxi aéreo e estava em situação regular.

PILOTOS EVITAM VOAR PELA ÁREA

“Aquele é uma área que todos os pilotos evitam voar. A gente não sabe por que ele decidiu ir por ali”, comenta Rafael Lacerda, que trabalha há dez anos sobrevoando a área de Caratinga, no interior de Minas Gerais, após a queda do avião. No início desta tarde, ele comandava um voo que partiu de Viçosa com destino ao município, aterrissando cinco minutos após a previsão de chegada da tripulação que levava a cantora.

Lacerda conta que usava uma frequência de rádio aberta pouco antes de chegar a Caratinga e conseguiu ouvir o piloto que transportava Marília Mendonça dando as instruções para o pouso.

“Ele reportou duas vezes que tinha ingressado na perna do vento, um procedimento que a gente usa para pousar. Só ouvi isso e, depois, mais nada. Aparentemente, o avião não estava em pane”, relata.

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) confirmou em nota que o avião da cantora atingiu um cabo de uma torre de distribuição da companhia, mas não deixou claro qual seria o papel desse choque para a queda da aeronave. Segundo Lacerda, os fios naquela região costumam atralpalhar o pouso, a ponto de ela ser evitada por quem conhece a área.

“Para nós que estamos acostumados, os fios não chegam a atrapalhar. Mas eles estão em um setor de muita aproximação e com o relevo muito alto, então é uma área que todos os pilotos evitam”, relata. “Quando eu pousei, passei por cima do local do acidente e não percebi o avião ali.” Lacerda explica ainda que o tempo estava claro, com céu aberto, e o sol em uma posição “que não atrapalhava a visualização dos fios”.

“A gente coordenou o pouso com ele, porque aterrissaríamos em um horário muito próximo. Eles estavam a um minuto do pouso”, conta Glauco Souza, de 44 anos, que também estava a bordo do avião pilotado por Lacerda. “Só soubemos que ele caiu quando pousamos e vimos que ele não estava no aeroporto. Não ouvimos barulho, não vimos fumaça, sobrevoamos ali e não percebemos.”



Marília Mendonça sempre se colocou na defesa dos direitos das mulheres

21 cientistas devolvem medalhas de mérito após truculência de Bolsonaro contra pesquisadores

Depois que Jair Bolsonaro revogou a condecoração com a Ordem Nacional do Mérito Científico, recebida pelo infectologista Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, por este ter comprovado a ineficácia terapêutica apregoada pelo Planalto contra a Covid-19, outros cientistas brasileiros devolveram a homenagem. A condecoração premia personalidades que deram contribuições relevantes para a ciência e a tecnologia.

No mesmo ato, Bolsonaro também retirou da lista de homenageados a sanitarista e ex-diretora do departamento de HIV/Aids do Ministério da Saúde, Adele Schwartz Benzaken, exonerada pelo seu governo.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também repudiou a cassação dos títulos concedidos aos cientistas. Segundo a entidade, “seus nomes foram propostos, seguindo as normas do decreto que regula a condecoração, por uma comissão técnica na qual a SBPC e a ABC eram majoritárias”.

“Fica evidente que o governo federal fez a cassação depois de saber que os dois cientistas renomados conduziam pesquisas cujos resultados contrariavam interesses de políticas governamentais, agindo como censor da pesquisa, sem o devido respeito à verdade científica e à diversidade”, ressalta a SBPC.

Em carta, divulgada nes-



Ordem do Mérito Científico premia contribuições relevantes para a ciência e a tecnologia no país

te sábado, os 21 cientistas declararam sua “indignação, protesto e repúdio pela exclusão arbitrária dos colegas” e veem perseguição aos cientistas. Os signatários atuam em diferentes campos da ciência: biomédica, química, humanas, física, matemática, biológica e da terra. Também há personalidades nacionais.

“Tal exclusão, inaceitável sob todos os aspectos, torna-se ainda mais condenável por ter ocorrido em menos de 48 horas após a publicação inicial, em mais uma clara demonstração de perseguição a cientistas, configurando um novo passo do sistemático ataque à Ciência e Tecnologia por parte do governo vigente”, diz a carta.

No documento, os profissionais criticam ainda o “negacionismo em geral” e os cortes em verbas federais para o desenvolvimento da ciência.

Os cientistas agradeceram às indicações feitas pela Academia Brasileira de Ciências e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidades com assento no comitê que decide as homenagens da Ordem Nacional do Mérito Científico. Eles se dizem “extremamente honrados” com a possibilidade de serem agraciados, mas declinam à indicação devido à exclusão de Lacerda e Adele.

“Esse ato de renúncia, que nos entristece, expressa nossa indignação frente ao processo de destruição do sistema universitário e de Ciência e Tecnologia. Agimos conscientes no intuito de preservar as instituições universitárias e científicas brasileiras, na construção do processo civilizatório no Brasil”, diz a carta.

Fernanda Montenegro é eleita a mais nova imortal da Academia Brasileira de Letras

A atriz Fernanda Montenegro, a grande dama do nosso teatro, TV e cinema, foi eleita na quinta-feira (4) a mais nova imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Única concorrente a ocupar a cadeira 17, vazia desde a morte do diplomata e escritor Affonso Arinos de Mello Franco, em 2020, a falta de concorrentes ao posto, sempre muito concorrido, revela uma grande deferência e respeito à trajetória da atriz, como pontuou o presidente da ABL, Marco Lucchesi: “Fernanda Montenegro é um dos grandes ícones da cultura brasileira. Intelectual engajada e sensível leitora do real. Sua presença enriquece os laços profundos da Academia com as artes cênicas. Com ela, adentram, luminosos, personagens que marcaram gerações, passado, presente e futuro”.

A atriz, premiadíssima nacional e internacionalmente, atuou em mais de 70 peças de teatro, cerca de 30 novelas e mais de 30 filmes, sendo, inclusive, a única atriz brasileira e latino-americana indicada ao Oscar de Melhor Atriz, pela participação em Central do Brasil, de Walter Salles.

A publicação com a qual se inscreveu para se tornar elegível à vaga na ABL foi a sua biografia “Prólogo, ato e epílogo”, lançada em 2019 pela Companhia das Letras e produzido em parceria com Marta Góes.

Não fosse a grandeza de ser considerada a maior atriz bra-



Atriz foi candidata única para assumir a cadeira deixada pelo diplomata e escritor Affonso Arino

sileira, de sua postura crítica e engajada em mais de 70 anos de carreira, premiando o país com seu talento e sensibilidade, ou com a lucidez dos seus 92 anos, uma personalidade como ela que afirma, como fez esta semana em entrevista à jornalista Malu Gaspar do jornal O Globo, referindo-se a Bolsonaro, que “esse governo é um vômito, uma punhalada no ventre”, já mereceria ocupar, não só a vaga na Academia Brasileira de Letras, mas todas as vagas onde houvesse um título de honraria.

Na mesma entrevista, ela também classificou Jair Bolsonaro de “desequilibrado e desqualificado”, e afirma que ele sedimentou uma “estrutura de direita cruel” no Brasil.

Segundo ela, temos que questionar por que Bolsonaro foi eleito, e ela mesma responde: “porque talvez os governos que o antecederam

cumpriram só metade do prometido”.

Crítica de reeleições, Fernanda Montenegro diz que assim como não quer esse “monstro” e “horror” à frente do país, também não quer Lula, mas “um jovem candidato, sem as heranças negativas que nos trouxeram para este sufoco”, afirmou em outra entrevista, já como imortal da Academia.

“Tudo está em extrema desgraça porque existe a reeleição, e para ser reeleito vale entregar a pátria, tirar o prato de comida de um desamparado, vale deixar que não tenham água encanada para se lavar desse vírus, vale não ter onde defecar porque não tem nem onde morar”, disse. Sobre o que mais ama fazer na vida atriz disse: “pretendo voltar aos palcos, se a pandemia não se demorar muito mais a ir embora. Vou voltar, se Deus quiser”.



Protesto contra a impunidade e pela indenização dos atingidos. Ato em defesa dos atingidos marca os 6 anos do crime da Samarco, Vale e BHP em na barragem de Mariana, MG

Seis anos depois do rompimento da barragem em Mariana em Minas Gerais, vítimas ainda esperam por moradia. O 5 de novembro, dia em que é lembrada a tragédia ambiental causada pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP, foi marcado por uma manifestação contra a impunidade na praça central da cidade.

A tragédia matou 19 pessoas e jogou mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos no rio Doce, atingindo cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo. Até hoje, vítimas continuam sem receber reparação integral e sem a conclusão do reassentamento.

Centenas de pessoas se reuniram na tarde da última sexta-feira (5) na Praça Minas Gerais, em Mariana, em manifesto aos 6 anos do rompimento da barragem da Samarco na cidade. Aos gritos de “não vamos recuar”, o grupo, liderado pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), denuncia a impunidade e pede justiça pelos danos causados. No caso dos moradores, desde a tragédia, as duas comunidades situadas na zona rural da cidade que foram devastadas - Bento Rodrigues e Paracatu - ainda estão sendo reconstruídas e não têm prazo para conclusão das obras.

A integrante do MAB, Letícia Oliveira ressaltou que a tragédia não pode cair no esquecimento e que muito pouco foi feito para os atingidos.

“Esse é um ato principalmente por conta da demora na entrega dos reassentamentos. As pessoas estão falecendo e não conseguem voltar para as comunidades. Seis anos depois é um absurdo não termos nenhuma casa pronta em Paracatu de Baixo, em Gesteira e apenas dez em Bento Rodrigues e não há prazo para que essas comunidades sejam finalizadas”, pontuou.

Além de Mariana, o MAB explica que outro protesto em Governador Valadares, na região do Rio Doce, também ocorreu na sexta-feira. Ainda pela manhã, integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) protestaram em frente à sede da Samarco, também em Mariana, por conta dos seis anos da tragédia. Os manifestantes chegaram a fechar completamente a MG-129, rodovia importante que corta a cidade.

As 16h, hora do rompimento da barragem, uma missa foi celebrada em Bento Rodrigues.

10 CASAS

Os reassentamentos previstos também não foram concluídos. O vice-presidente da associação de moradores de Bento Rodrigues, Mauro Marcos da Silva, que perdeu a casa, avalia que eles estão à mercê da sorte.

O primeiro prazo para entrega dos assentamentos foi março de 2019, o que não foi concluído. A responsável pela construção e retomada da região, a Fundação Renova, criada pelas mineradoras Vale e BHP, com chancela da ex-presidente Dilma Rousseff para administrar a reparação dos atingidos, afirma ter feito o aporte de R\$ 15 bilhões nas obras, mas nos seis anos após a tragédia, construiu apenas 10 casas.

O reassentamento de Bento Rodrigues está com 10 casas concluídas de 203 previstas. Já das 83 casas previstas para o reassentamento de Paracatu de Baixo, apenas 11 começaram a ser construídas em setembro de 2021.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) já pediu a extinção da Fundação Renova por considerar que a instituição não atende às demandas dos atingidos. O pedido ainda está em análise na Justiça.

Sobre a responsabilidade criminal dos responsáveis pela barragem, ainda sequer foi definida a competência para julgar o caso, se é da justiça estadual ou federal. Enquanto isso, a Samarco e sua dona, a mineradora privatizada Vale faturaram cerca de R\$ 7,6 bilhões de dólares em lucro, revertido aos acionistas.

Agora, o Poder Público aposta em fechar um novo acordo com as empresas até fevereiro de 2022, tendo como referência o acordo fechado com a Vale pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Nessa nova negociação, o Ministério Público pede uma reparação de R\$ 155 bilhões.

Porém, os atingidos reclamam que continuam sem ter direito a participar diretamente das negociações. O representante da Cáritas, organização ligada à Igreja Católica, que presta assistência técnica para os atingidos em Mariana, Gladston Figueiredo, destacou que há pouca confiança na nova negociação.

Outra consequência do rompimento da Barragem do Fundão foi a redução das atividades econômicas da região. O produtor de leite de Paracatu de Baixo, subdistrito de Mariana, Marino D’Angelo, chama a atenção para o empobrecimento dos produtores locais por conta dessa situação.

Outra queixa frequente dos moradores da Bacía do Rio Doce é em relação à contaminação do solo, água e fauna causada pela lama dos rejeitos da mineração. Para a representante dos atingidos do município de Barra Longa, Simone Silva, é preciso dar acesso à saúde às vítimas do rompimento.

Um estudo de 2019, feito pelas empresas Ambios e Technohidro detectou concentrações acima dos valores considerados seguros de ferro, cobre, arsênio, entre outros metais, tanto nas poeiras dentro das casas das comunidades de Mariana e Barra Longa, quanto no solo e nos alimentos produzidos na região.

“Proibir exigência de vacinação é inconstitucional”, afirma MPT

Portaria do governo impede empresas de demitirem quem se recusa a se vacinar

Na última quarta-feira (3), o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos questionou a validade da Portaria nº 620, publicada pelo Ministério do Trabalho e Previdência que proíbe empresas e órgãos públicos de exigir a vacinação contra a Covid-19 por seus empregados. Para o procurador a proposta é inconstitucional e ela “não terá condições de prevalecer por muito tempo”.

José Ramos enfatizou que não se trata de discriminação com candidatos não vacinados, mas de proteção dos interesses coletivos.

“O interesse individual não pode se sobrepor ao interesse coletivo. Não há discriminação na exigência do passaporte de vacinação. E medida, aliás, de preservação dos demais trabalhadores e do meio ambiente laboral de empresas e órgãos públicos”, disse o chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Para o procurador, além de inconstitucional, a portaria editada pelo governo Bolsonaro vai na direção contrária de outras decisões do Judiciário sobre o assunto e destacou a importância da vacinação para a redução do número de casos e mortes no País. Também lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu a vacinação

contra a COVID-19 como obrigatória, podendo haver restrição para aqueles que se neguem a apresentar o comprovante da vacina.

Para o procurador-geral do Trabalho, cabem aos empregadores a conscientização de seus empregados, buscando o convencimento para que todos se imunizem contra a COVID-19. “A demissão por justa causa é o último ato, mas é necessário prevalecer o direito coletivo a um ambiente de trabalho saudável”, completou.

A proibição foi anunciada na última segunda-feira (1º) em portaria assinada pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, Onyx Lorenzoni. Na ocasião, o ministro disse que a portaria “preserva o direito à liberdade”.

Desde sua publicação, a medida foi alvo de críticas de diversos setores, dentre eles centrais sindicais e advogados trabalhistas que questionaram a decisão defendendo que a portaria é inconstitucional e que coloca em risco a saúde dos trabalhadores. Especialistas da área de saúde reiteraram que a exigência da vacinação diminui os riscos de contágio pela Covid-19.

A medida também é alvo de ações no STF movida pelos partidos Rede Sustentabilidade e Partido Socialista Brasileiro (PSB) requerendo a suspensão da portaria.



Advogados e especialistas do Trabalho também repudiaram a medida



Governo desvia recurso de fiscalizações e sabota combate ao trabalho escravo

O governo federal mudou a forma de arrecadação dos recursos decorrentes de infrações trabalhistas, o que pode paralisar as fiscalizações dos órgãos de combate ao trabalho escravo e infantil, além de acidentes de trabalho.

A medida passa a destinar os recursos arrecadados com as multas por infrações trabalhistas, que antes eram revertidos diretamente para equipar os grupos de fiscalização, para o FDD (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos) ou ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A mudança foi efetivada em julho, logo após a recriação do Ministério do Trabalho, que tem à frente Onyx Lorenzoni, e repassada às

subsecretarias, coordenações e superintendências regionais, através de ofício datado de outubro.

O ofício avisa aos departamentos sobre a “impossibilidade de recebimento de bens patrimoniais ou recursos financeiros decorrentes de TAC (termo de ajustamento de conduta assinado junto ao Ministério do Trabalho) ou aplicação de multas”.

Segundo auditores fiscais do Trabalho, sem esses recursos, várias unidades de fiscalização trabalhistas, especialmente as que ficam em áreas distantes e isoladas, não têm como atuar, e alertam que os recursos de TACs são a única maneira das equipes se deslocarem

para as fiscalizações, pois o dinheiro custeia itens básicos como gasolina, pneus de carros e até bens específicos como caminhonetes.

Para mudar a destinação dos recursos, o Ministério do Trabalho usou pareceres jurídicos, elaborados pelo próprio governo, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

“O ofício circular [enviado às entidades regionais] nada mais é que uma orientação às unidades subordinadas ao ministério para o cumprimento dos entendimentos jurídicos citados”, disse o Ministério, em nota ao jornal Folha de São Paulo.

Centrais sindicais pedem que Congresso rejeite PEC que legaliza o trabalho infantil

As centrais sindicais divulgaram uma nota em conjunto, nesta segunda-feira (8), contra a PEC 18/2011, que propõe reduzir a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho.

A PEC altera o artigo 7º da Constituição, permitindo que os jovens comecem a trabalhar com carteira assinada a partir dos 14 anos. Hoje, a Constituição Federal prevê que o trabalho é permitido somente para maiores de 16 anos.

Em nota, as entidades afirmam que é preciso que os parlamentares rejeitem essa proposta a fim de que sejam preservados os direitos da criança e do adolescente. Para as centrais, o desemprego no Brasil já é grave e, permitindo que jovens com 14 anos trabalhem, a situação tende a piorar.

“A situação de desemprego no Brasil é grave. Já são mais de 14,1 milhões de trabalhadores em busca de um emprego e 71,6 milhões de pes-

soas que trabalham sem direitos, sem carteira de trabalho assinada, de forma precária ou informal. Mais de 30% dos desempregados são jovens em idade para trabalhar, a maioria negros”.

“É inconcebível que, neste contexto, a PEC 18 busque reduzir a idade mínima para que jovens na faixa etária de 14 e 15 anos passem a trabalhar não como aprendiz, mas como empregados em tempo parcial. Medida que, se aprovada, vai agravar o desemprego entre os jovens e inviabilizar o seu pleno desenvolvimento cognitivo, intelectual e profissional, pois se trata de uma situação distinta do trabalho na condição de aprendiz, onde devem ser garantidos a qualificação profissional, com vivências práticas em ambiente de trabalho seguro e protegido, os direitos trabalhistas e previdenciários, realização de atividades compatíveis com as suas habilidades, interesses e o acesso e frequência

à escola”, afirmam as centrais.

Para os sindicalistas, “o trabalho infantil é uma grave violação dos direitos humanos que impede ou dificulta o desenvolvimento pleno, saudável e integral de crianças e jovens dos setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, comprometendo o acesso à educação, à saúde, ao lazer e a formação profissional segura e qualificada. De acordo com o IBGE, em 2020, quase dois milhões de crianças e adolescentes foram submetidos ao trabalho infantil, sendo a imensa maioria de crianças negras, vítimas do racismo estrutural. A PEC 18 legaliza esta situação de violação do direito à infância e perpetua a desigualdade social, agravando ainda mais a situação das crianças e dos jovens, já cruelmente atingidas pelo desemprego, pela carestia e pela insegurança alimentar, presente em milhões de lares no Brasil”.



Para MPT, projeto que permite trabalho aos 14 anos “é fomento à exploração infantil”

Um projeto de emenda constitucional que prevê a redução da idade mínima para o trabalho de adolescentes para 14 anos foi duramente criticado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em artigo divulgado nesta quarta-feira (3). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2011 está na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

“No país, a educação básica obrigatória e gratuita deve ser garantida pelo menos até 17 anos de idade. Portanto, o Estado brasileiro, que já deveria ter elevado a idade mínima para o trabalho para 18 anos, vê-se, a partir da PEC 18/2011, na iminência de instituir um franco retrocesso social – reduzir a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, na contramão da doutrina da proteção integral, dos tratados internacionais ratificados e do patamar mínimo civilizatório já alcançado”, afirma o MPT em artigo.

O texto é assinado pela coordenadora e pela vice coordenadora nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho (Coordinfância), Ana Maria Villa Real e Luciana Marques Coutinho, junto com o procurador do Trabalho, Wagner Gomes do Amaral.

“O Brasil é signatário da Convenção nº 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), por intermédio da qual assumiu o compromisso de seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho de crianças e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão no trabalho, a qual “não deverá ser inferior à idade em que cessa a obrigação escolar”, diz o artigo.

A PEC18/2011 compõe um conjunto de outras propostas de Emenda constitucional que possui o objetivo de reduzir a entrada no mercado de trabalho para 14 ou 15 anos. A proposta permitirá, caso aprovada, que o adolescente nessa faixa etária desempenhe quaisquer atividades sob o regime de tempo parcial.

O MPT rebate os argumentos dos autores das PECs – dentre eles os Deputados Ricardo Izar (PP-SP) e Kim Kataguirí (DEM-SP) – que alegam que o adolescente será submetido a “tempo parcial” de trabalho. Para o Ministério Público do Trabalho, “o trabalho a tempo parcial se diferencia do contrato de trabalho padrão apenas no que tange à jornada semanal, que pode chegar até 30 horas semanais”.

“Este tipo de vínculo empregatício é muito distinto da aprendizagem profissional permitida hoje a partir dos 14 anos. No contrato de aprendizagem profissional, preponderam os aspectos educativo, pedagógico e profissionalizante, com garantia de matrícula e frequência escolar, ensino teórico e prático de um ofício, salário-mínimo/hora, jornada de trabalho reduzida também de até 30 horas semanais e todos os demais direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. De forma equivocada, quiçá maliciosa, a PEC coloca estes dois contratos em idêntico patamar, como se fossem a mesma coisa, quando na realidade não são!”, afirma o artigo do MPT.

TRABALHO INFANTIL

O Procurador-chefe do MPT na Bahia, Luís Carneiro, reforçou a posição contra a PEC, afirmando que “é uma proposta muito preocupante. Ela busca precarizar as relações de trabalho”. “Redução da idade de trabalho é fomentar o trabalho infantil, que alimenta o ciclo da pobreza. E algo que viola a sociedade como um todo”, afirmou em entrevista à Rádio Sociedade nesta quinta-feira (4).

“Quando você fala em reduzir a idade do trabalho ordinário de 16 para 14, você traz a possibilidade dessa criança não ter a sua formação lúdica completa. Ela ingressa no mercado de trabalho com obrigações que podem, inclusive, prejudicar seu crescimento e amadurecimento psicológico.”

“Na verdade, o que nós precisamos é de políticas públicas de acolhimento e educação. [...] Essa criança tem que ter oportunidade na escola para brincar e estudar, esse é o pensamento que nós temos em relação a idade para o trabalho”, ressalta.

EVASÃO ESCOLAR

O trabalho precoce é um dos principais motivos para a queda de rendimento e evasão escolar, situação acentuada no último período de pandemia e de crise generalizada de desemprego. Relatório divulgado em julho pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) indica que, em 2020, mais de 667 mil alunos saíram das escolas no estado de São Paulo.

“O fechamento das escolas públicas e o desafio do ensino remoto durante a pandemia provocou um incremento do abandono escolar. Justo no momento de união de rede de proteção para a busca ativa para regresso de adolescentes à escola, a PEC tenta reduzir a idade para o trabalho, aumentando a probabilidade de que mais adolescentes acabem indo para o mercado de trabalho precocemente em detrimento da escolarização, e de que aqueles já afastados dos bancos escolares se distanciem ainda mais”, diz o artigo.



Partidos entram com ação no STF contra portaria “antivacina”

Os partidos PSB, Rede Sustentabilidade e PT entram com ações no Superior Tribunal Federal contestando a portaria editada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência que proíbe demissão de funcionário não vacinado contra a Covid-19.

A portaria, assinada pelo ministro Onyx Lorenzoni, diz que empresas e órgãos públicos não podem dispensar por justa causa funcionários que não comprovarem a vacinação e que a exigência de comprovante de vacinação nas contratações é “prática discriminatória”.

Na ação ajuizada o PSB afirma que o risco a que a coletividade fica submetida de se contaminar pelo coronavírus pela escolha individual de um empregado de não se vacinar “configura grave violação aos direitos fundamentais à vida e à saúde”, previstos na Constituição Federal.

“Sendo um direito fundamental (à vida) inserido na Lei Maior, este é considerado indispensável à pessoa humana, necessário para assegurar a todos uma existência digna, livre e igual. Não basta ao Estado reconhecê-lo formalmente; deve buscar concretizá-lo, incorporá-lo no dia-a-dia dos cidadãos e de seus agentes”, diz a ação.

O PSB afirma ainda que a saúde, como direito fundamental, inalienável

e inerente à dignidade humana, de obrigatoriedade provisória do Estado, “não pode ser tratada como objeto de disposição individual, em que a ‘liberdade’ de um se transforma no calvário dos outros”.

Para a Rede Sustentabilidade, a portaria do governo alimenta o discurso antivacina e individualista de Bolsonaro. Segundo o partido, a exigência do comprovante de vacinação é uma proteção à saúde coletiva, de interesse público e não pode ser sobreposta por interesses individuais.

O partido também afirma que a portaria é inconstitucional, já que cria direitos e deveres. “A Constituição prevê que instrumentos legais do tipo só podem regulamentar direitos e deveres já previstos em lei”, diz a ação.

Na quinta-feira (4), o ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 5 dias para que o ministro Onyx Lorenzoni se manifeste sobre a portaria que proíbe demissões de trabalhadores não vacinados, em resposta às ações movidas pelos partidos.

“Determino a oitiva da autoridade da qual emanou o ato normativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos. Transcorrido o prazo, os autos devem retornar à conclusão, para apreciação das cautelares”, escreveu o ministro Barroso no despacho.

Pentágono quer mais dinheiro para armas de destruição em massa



Putin: "Combateremos emissões de carbono"
Na COP26, a Rússia se compromete com desmatamento zero e neutralidade de carbono

Em pronunciamento por videoconferência à 26ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), em Glasgow, o presidente russo Vladimir Putin reiterou a decisão da Rússia de atingir até 2060 a neutralidade das emissões de carbono, isto é, o zero líquido entre emissões e absorção de gases de efeito estufa.

A Rússia que abriga 20% de todas as florestas do mundo, manifestou a adesão ao acordo para o desmatamento zero até 2030.

Presencialmente, a Rússia está representada por uma delegação chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov.

Putin sublinhou que hoje "a parcela da energia de fontes praticamente livres de carbono, que, como nós sabemos, são as usinas nucleares, hidrelétricas, eólicas e solares, ultrapassa 40%" na Rússia, o que somado ao gás natural, que é o combustível de menor teor de carbono entre os hidrocarbonetos, "essa parcela é de 86%", um dos melhores indicadores no mundo e que faz do país um dos líderes do processo global de descarbonização.

Putin destacou a necessidade de absorção de gases de efeito estufa no mundo e disse que a Rússia está especialmente preocupada com o derretimento do permafrost. Ele instou a que as regras de regulação do clima sejam baseadas em modelos comuns de contabilização e monitoramento das emissões de gases de efeito estufa.

DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Para Putin, é imprescindível levar em conta o desenvolvimento da economia e a prosperidade das pessoas para o sucesso da luta contra as mudanças climáticas. "E o que é mais importante, é preciso abordar as questões da luta contra as mudanças climáticas de forma abrangente, em estreita relação com os passos dedicados a assegurar o crescimento econômico e, como os colegas já referiram, o bem-estar das pessoas", acrescentou.

A Rússia é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa, segundo a RT. Pelos compromissos assumidos por Moscou, as emissões irão atingir o pico até 2030, para serem reduzidas em 79% em relação ao nível atual até 2050. No mês passado, Putin anunciou a criação de 23 novas unidades de conservação ambiental na Rússia. As florestas são o modo como a natureza captura o carbono, retirando gás carbônico (CO2) da atmosfera.

A Declaração sobre Florestas e Uso do Solo foi assinada por mais de 100 líderes, que representam mais de 86% das florestas do mundo. Apesar de muito desacreditado pelo atual governo, o Brasil foi um dos signatários, assim como a República Democrática do Congo, Indonésia e Colômbia, países com formidáveis extensões florestais.

O acordo prevê o suporte de um fundo de US\$ 12 bilhões de dinheiro público aportado por 12 países – como EUA, Reino Unido, Noruega, Alemanha, Coreia do Sul, União Europeia, Canadá e Japão – entre 2021 e 2025, além de US\$ 7,2 bilhões de investimento privado por parte de mais de 30 instituições financeiras mundiais.

Na terça-feira, encerrou-se a fase da COP26 com a presença de líderes mundiais e os trabalhos continuam até o dia 12, com diplomatas e especialistas.

PUTIN: CLIMA É DESAFIO DA HUMANIDADE

O articulista do portal russo RT, Johny Tickle, registrou como o presidente russo Vladimir Putin foi evoluindo, inicialmente de uma postura cética sobre o aquecimento global, manifestada em 2003, para uma "mudança dramática de tom" em 2015, quando na cúpula do clima de Paris "surpreendeu os observadores" com a declaração de que "a mudança climática é um dos desafios mais sérios que a humanidade enfrenta hoje".

"A qualidade de vida de todos neste planeta, o crescimento econômico e o desenvolvimento social sustentável de regiões inteiras dependem de nossa capacidade de resolver o problema do clima", acrescentou, então. A Rússia se tornou signatária do Acordo do Clima de Paris.

Como retrata Tickle, em 2003, depois que a Rússia se recusou a ratificar o Protocolo de Kyoto, o então presidente de 51 anos chegou a brincar que "o aquecimento global não seria tão ruim para a Rússia, um país que tradicionalmente sofre com invernos notoriamente frios". Um ligeiro aumento na temperatura garantiria que os russos "gastassem menos com casacos de pele" e, ao mesmo tempo, impulsionariam a indústria de grãos do país, dissera na época Putin.

Sete anos depois, em uma visita a uma estação de pesquisa científica no Ártico, Putin observara que "o clima está mudando", mas ainda sem apontar a ação humana como uma causa, acrescentou o articulista. "A ligeira mudança de tom era um sinal de que os abundantes dados que sustentavam o consenso científico haviam começado a mudar a opinião de Putin".

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Não foram apenas os dados que convenceram Putin, assinalou o jornalista. O século 21 viu a Rússia ser atingida por incêndios florestais devastadores anualmente, enquanto inundações mortais em áreas costeiras como a região sul de Krasnodar se tornaram mais frequentes.

Há também a questão de que 65 por cento das terras da Rússia são vulneráveis ao permafrost, e muitos assentamentos e diferentes tipos de infraestrutura são construídos nesse terreno. Se derreter, o país enfrentará graves consequências econômicas.

No início deste ano, o ministro do meio ambiente russo Alexander Kozlov estimou a perda em mais de 5 trilhões de rublos (US\$ 69 bilhões) até 2050.

Outro fator é a ameaça iminente do imposto de carbono proposto pela União Europeia. Com muitas das maiores empresas russas dependentes da União Europeia como mercado de exportação, as empresas vão querer a ajuda do governo para reduzir a produção de carbono antes que as tarifas entrem em vigor em 2026.

Leia matéria na íntegra em www.horadopovo.com.br



"O mundo agora é tripolar", é o pretexto usado pelo general Mark Milley

Embaixador israelense rasga, na ONU, relatório do Conselho de Direitos Humanos

Diante da Assembleia Geral da ONU, o embaixador de Israel, Gilad Erdan, rasgou em pedaços, no dia 29 de outubro, o Informe Anual do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O informe traz o resultado do trabalho de um Comitê de Monitoramento fundado depois da agressão de maio à Faixa de Gaza. O documento, apresentado a todos os Estados membros em sessão especial da Assembleia Geral da ONU condena o ataque israelense, denunciando que os civis foram violentamente atingidos por mísseis disparados pelas forças israelenses.

Para justificar uma das maiores agressões já praticadas contra a ONU, já perpetradas, pelo embaixador de qualquer país membro das Nações Unidas, Erdan acabou confessando que "desde o seu estabelecimento, 15 anos atrás, o Conselho de Direitos Humanos já condenou Israel 95 vezes". Um arrazoado estranho. Ao invés de considerar graves as denúncias feitas contra governos anteriores e se prontificar a dar início a mudanças em sua hostilidade ao povo palestino, ataca os autores da denúncia, ainda que estes sejam integrantes da própria ONU.

O que Erdan, em sua estultice, não percebe é que, agindo assim, Israel recai em perda cada vez mais profunda de legitimidade, uma vez que ela decorre exatamente da Assembleia Geral da ONU que decidiu pelo estabelecimento do Estado de Israel lado a lado com o Estado da Palestina. Erdan que está de saída, pois o novo governo de Israel indicará outro representante, agrediu também o grupo de 11 parlamentares democratas norte-americano que se opôs ao envio de mais dinheiro dos EUA, na forma de assistência militar a Israel, enquanto este se negar a abrir negociações de paz com



Documento aponta crimes de guerra de Israel em Gaza

a Autoridade Nacional Palestina. Erdan os chamou de "esquadrão" e os classificou de "ignorantes ou antisemitas". A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, em entrevista ao jornal Haaretz, respondeu à declaração do então primeiro-ministro de Israel, Bibi Netanyahu, que declarou a investigação sobre crimes de guerra de Israel contra os civis de Gaza uma "zombaria da Lei Internacional".

"Sobre a investigação determinada pelo Conselho de Direitos Humanos sobre a escalada de maio, tratou-se de uma decisão dos Estados membros no Conselho", destacou a comissária. "E claro", prosseguiu Bachelet, "que a violência de maio foi a mais significativa escalada desde as hostilidades de 2014 e o mais recente em uma série de confrontos entre Israel e grupos armados em Gaza. A cada vez há uma estereotipada perda de vidas. A cada vez há pessoas seriamente feridas. A cada vez há ampla destruição".

"A legislação sobre conflitos armados é clara. Tudo o que for exequível deve ser feito para evitar baixas humanas e dano a infraestrutura civil. De novo vemos civis, particularmente os de Gaza, mas não apenas ali, carregando o peso por estas escaladas de violência. Conforme monitorado pelo meu escritório, pelo menos 129

civis foram mortos e destes 66 eram crianças. Houve enorme dano a infraestrutura civil, incluindo tribunais, estações de polícia, hospitais, vários edifícios de muitos andares, malhas de distribuição de energia, ruas e estradas".

Bachelet também condenou o lançamento de foguetes contra áreas densamente povoadas por civis em Israel: "Quanto ao lançamento de grande número de foguetes por grupos palestinos armados em direção a Israel, incluindo áreas densamente povoadas, com base em nossa supervisão no terreno, isto claramente violou a lei humanitária internacional".

Por outro lado, diz a comissária, "o intenso disparo pelo ar e bombardeio a partir da terra e do mar sobre Gaza, ainda que, pelo informe israelense, mirassem grupos armados e sua infraestrutura, o resultado foi um extenso número de mortos e feridos civis, assim como uma destruição em larga escala e dano a objetos civis. A legislação Humanitária Internacional é clara a este respeito: um objeto a ser alvejado deve ser capaz de contribuir de forma efetiva a ação militar e sua destruição deve representar uma definitiva vantagem militar. Se é encontrado que o impacto indiscriminado e desproporcional foi sobre civis e objetos civis, tais ataques podem se constituir em crimes de guerra".

Oposicionista Gabriel Boric lidera as intenções de voto à presidência do Chile

Uma nova pesquisa divulgada na quarta-feira (3) coloca o candidato à presidência do Chile pela frente progressista Aprove a Dignidade, Gabriel Boric, com 32% do eleitorado, cinco pontos percentuais acima dos 27% do da extrema-direita José Antonio Kast.

Conforme a agência Data Influye, em terceiro lugar está a candidata democrata-cristã Yasna Provoste, com 13%; seguida pelo governista, Sebastián Sichel; Franco Parisi, que segue nos Estados Unidos, apenas fazendo campanha via Internet, tem 8%.

Quanto à intenção de voto, a pesquisa aponta que 86% dos entrevistados votarão "com absoluta certeza", apesar do Chile se destacar por não ultrapassar 50% de participação desde que o voto foi tornado voluntário em 2012.

Na dianteira para as eleições de 21 de novembro, após apresentar febre e tosse na tarde de terça-feira (2), o deputado e ex-líder estudantil foi informado de que estava contaminado pelo coronavírus e que deverá cumprir uma quarentena de dez dias.

"Recebi o teste PCR com



Documento aponta crimes de guerra de Israel em Gaza

resultado positivo e estamos em contato com a equipe da Secretaria Regional Ministerial de Saúde (Seremi) para a rastreabilidade", declarou Boric em sua conta no Twitter. "Peço a quem de nós que compartilham estes dias que sigam todos os protocolos indicados para contatos próximos", conclamou Boric ao comunicar os resultados.

Representante de uma Frente Ampla, com a participação do Partido Comunista, Boric esteve, na segunda-feira (1º), em debate presidencial organizado pela Universidade do Chile, ao lado de Provoste,

Sichel e do progressista Marco Enriquez-Ominami. Na terça, participou de outro debate em que esteve também Kast. Por esse motivo, os candidatos suspenderam seus atos de campanha e permaneceram confinados.

No total, sete presidenciais disputam a cadeira de Sebastián Piñera – incriminado até a medula junto com seus filhos pelas denúncias dos Pandora Papers e as bilionárias contas em paraísos fiscais.

Participarão das eleições 15 milhões de chilenos, que renovarão o Congresso Nacional e os 16 Conselhos regionais.

"Na minha opinião, estamos entrando em um mundo que será potencialmente mais volátil do ponto de vista estratégico", disse o general no Fórum de Segurança de Aspen

Três centros de poder – EUA, Rússia e China – emergiram no sistema de relações internacionais, admitiu o general Mark Milley. "A última coisa de que o mundo precisa é uma guerra entre as grandes potências", acrescentou.

O mundo está entrando em uma era de maior instabilidade estratégica, com três centros de poder – EUA, Rússia e China – emergindo no sistema de relações internacionais, disse o general Mark Milley, chefe do Estado-Maior Conjunto do Pentágono.

"Estamos entrando em um mundo tripolar no qual Estados Unidos, Rússia e China são grandes potências. Na minha opinião, estamos entrando em um mundo que será potencialmente mais volátil do ponto de vista estratégico se comparado, por exemplo, com o passado 40, 50, 60 ou 70 anos", afirmou Milley durante o Fórum de Segurança de Aspen.

O comandante militar do Pentágono também frisou que será de grande importância "manter a paz entre as grandes potências", acrescentando que Washington, Moscou e Pequim e todos os demais aliados devem ser "muito cuidadosos" em termos de como atuam uns com os outros no futuro.

O que essa observação tem a ver com as provocações no Mar do Sul da China ou no Estreito de Taiwan, ou no Báltico e no Mar Negro fica para ser entendida em outra oportunidade.

Em relação à Otan, Milley destacou que a aliança deve manter o diálogo com a Rússia e a China. "Acredito que neste momento estamos em um período de paz entre as grandes potências. E queremos que continue assim [...] A última coisa de que o mundo precisa, os Estados Unidos e qualquer outro, é uma guerra entre as grandes potências", assinalou.

Nesse sentido, Milley destacou que é necessária "a comunicação mútua com a Rússia, a China ou qualquer outro país", que poderá ser realizada por meio de intermediários ou diretamente. "Acho que é a abordagem certa", disse ele.

Foi o general Milley que ligou para seu homólogo do ELP, o general Li Zuoqeng – tanto antes das eleições de 2020 como

depois da invasão do Capitólio pelos trumpistas em 6 de janeiro – para tranquilizá-lo sobre a democracia americana.

A declaração do general Milley foi considerada pelo articulista do portal RT, Nebojsa Malic, como uma "admissão surpreendente" já que no passado Washington falou de Moscou e Pequim como potências regionais, na melhor das hipóteses, embora com arsenais nucleares que representam uma "ameaça existencial" para os EUA.

Agora, observou, Milley está chamando a China de "desafio número um" para os EUA, à luz dos testes de mísseis hipersônicos chineses recentemente relatados.

Para Malic, a explicação mais simples para isso é o velho ditado, "siga o dinheiro". O próprio Milley falou em Aspen sobre robótica, inteligência artificial e munições de precisão, representando uma "mudança fundamental no caráter da guerra".

Tradução: os EUA precisam gastar mais, muito mais, em novos armamentos de alta tecnologia. Palavras que são música para os ouvidos do complexo militar-industrial dos EUA.

Depois da derrota desastrosa no Afeganistão e da perda de tudo que foi "investido" lá nos últimos 20 anos, o Congresso dos Estados Unidos aumentou o orçamento de "defesa", mas os militares ainda reclamam que não têm dinheiro suficiente, acrescentou Malic.

Enquanto Milley falava, o Pentágono anunciava que suas estimativas do arsenal nuclear chinês haviam "aumentado drasticamente", acrescentando que Pequim poderia ter até 1.000 ogivas em 2030. Tradução: complementa o jornalista: "os EUA precisam de mais dinheiro para uma corrida armamentista atômica".

Ele chamou a atenção para a abordagem chinesa sobre a questão, resumida por Hu Xijin, editor-chefe do jornal Global Times, que é porta-voz oficioso de Pequim: "Eu sei que os Estados Unidos podem destruir a China 10 vezes, mas vamos ASSEGURAR que temos plena capacidade para destruir os Estados Unidos UMA vez", tuitou Hu recentemente. Porque, quando se trata de armas nucleares, isso é mais do que suficiente.

Negacionistas alemães geram um novo surto de Covid-19, a "pandemia dos não vacinados"

A Alemanha registrou na quinta-feira (04) um recorde diário de novos casos de Covid-19 desde o começo da pandemia, superando a marca estabelecida em dezembro de 2020.

O ministro da Saúde, Jens Spahn, afirmou que o país poderá ter que impor um novo lockdown e que o país vive "uma pandemia dos não vacinados".

Ou seja, a recidiva se deve ao negacionismo que acabou contaminando parcela da população. Apesar da Alemanha contabilizar 66,8% de sua população imunizada, os não vacinados se recusam a tomar os cuidados mínimos. Pesquisas recentes mostram que entre os não vacinados 65% dizem que não aceitam se vacinar de "jeito algum".

Para a OMS, o aumento de casos se explica pela combinação da vacinação insuficiente em vários países – mesmo não faltando imunizantes – com o relaxamento das medidas anti Covid, precocemente liberalizadas.

As duas nações da União Europeia (UE) com índices mais baixos de vacinação, a Romênia (37,2%) e a Bulgária (25,5%), registraram os números diários de mortes mais altos desde o início da pandemia.

Letônia, Lituânia e Estônia, que também estão entre os países com registros mais altos de novos casos diários, já têm sobrecargas nos sistemas de saúde.

Cada vez mais, esses países tiveram que restabelecer medidas de restrição, como a imposição de um toque de recolher na Letônia e a proibição do acesso de pessoas não vacinadas a eventos públicos na Estônia.

Diversas regiões da Rússia que também apresentam baixos índices de vacinação ampliam as restrições para conter o aumento das infecções, que já levou o governo a reimpor um lockdown parcial no país.

revelaram que vão faltar leitões de UTI em dias.

Mas, a chamada "quarta onda" da pandemia não se limita à Alemanha. "Estamos, novamente, no epicentro", lamentou o diretor da OMS para a Europa, Hans Kluge, em uma entrevista coletiva online.

"A taxa de transmissão atual nos 53 países da região europeia é muito preocupante (...). Se mantivermos essa trajetória, poderemos ter mais meio milhão de mortes por Covid-19 na região até fevereiro", afirmou.

Para a OMS, o aumento de casos se explica pela combinação da vacinação insuficiente em vários países – mesmo não faltando imunizantes – com o relaxamento das medidas anti Covid, precocemente liberalizadas.

As duas nações da União Europeia (UE) com índices mais baixos de vacinação, a Romênia (37,2%) e a Bulgária (25,5%), registraram os números diários de mortes mais altos desde o início da pandemia.

Letônia, Lituânia e Estônia, que também estão entre os países com registros mais altos de novos casos diários, já têm sobrecargas nos sistemas de saúde.

Cada vez mais, esses países tiveram que restabelecer medidas de restrição, como a imposição de um toque de recolher na Letônia e a proibição do acesso de pessoas não vacinadas a eventos públicos na Estônia.

Diversas regiões da Rússia que também apresentam baixos índices de vacinação ampliam as restrições para conter o aumento das infecções, que já levou o governo a reimpor um lockdown parcial no país.

Leia matéria na íntegra em www.horadopovo.com.br

John Pilger: “justiça para Assange é justiça para todos”

JOHN PILGER*

Quando vi Julian Assange pela primeira vez na prisão de Belmarsh, em 2019, pouco depois de ter sido arrancado do seu refúgio na embaixada do Equador, ele disse: “Acho que estou perdendo o juízo”.

Ele estava abatido e emaciado, os olhos fundos, e a magreza dos seus braços era realçada por um pano amarelo de identificação amarrado à volta do seu braço esquerdo, um símbolo evocativo de controle institucional.

Durante todo o tempo, exceto nas duas horas da minha visita, ele ficou confinado numa cela solitária numa ala conhecida como “cuidados de saúde”, um nome orwelliano. Na cela ao lado, um homem profundamente perturbado gritava a noite inteira. Outro ocupante sofria de câncer terminal. Um outro estava gravemente incapacitado.

“Um dia fomos autorizados a jogar Monopólio”, disse ele, “como terapia”. “Isso era nossos ‘cuidados de saúde!’”

“Isso é como o Voo Sobre um Ninho de Cucos”, disse eu.

“Sim, apenas mais insano.”

O senso de humor negro de Julian salvou-o muitas vezes, mas já não mais. A tortura insidiosa que sofreu em Belmarsh teve efeitos devastadores. Leia os relatórios de Nils Melzer, o relator especial da ONU sobre tortura, e as opiniões clínicas de Michael Kopelman, professor emérito de neuropsiquiatria no King’s College London e do Dr. Quentin Deeley, e reserve o desprezo à arma de aluguel dos EUA no tribunal, James Lewis QC, que descartou isso como “fingimento” (“malingering”).

“O senso de humor negro de Julian salvou-o muitas vezes, mas já não mais. A tortura insidiosa que ele sofreu em Belmarsh teve efeitos devastadores”.

Fiquei especialmente comovido com as palavras da Dra. Kate Humphrey, uma neuropsicóloga clínica do Imperial College de Londres. Ela disse ao Old Bailey no ano passado que o intelecto de Julian tinha ido da “faixa superior, ou mais provavelmente muito superior” para “significativamente abaixo” desse nível ótimo, a ponto de ele estar lutando para absorver informações e “ter um desempenho na faixa baixa a média”.

Em outra audiência neste vergonhoso drama kafkiano, vi-o lutar para lembrar seu nome quando o juiz lhe pediu para enunciá-lo.

Durante a maior parte do seu primeiro ano em Belmarsh, ele ficou trancafiado. Negado o exercício apropriado, ele caminhava por toda a extensão da sua pequena cela, para a frente e para trás, para a frente e para trás, para “a minha própria meia-maratona”, disse-me ele. Isso cheirava a desespero. Uma lâmina de barbear foi encontrada em sua cela. Ele escreveu “cartas de despedida”. Ele telefonou para os samaritanos repetidamente.

A princípio, ele teve negado seus óculos de leitura, deixados para trás na brutalidade do seu sequestro da embaixada. Quando os óculos finalmente chegaram à prisão, não foram entregues a ele por dias. Seu advogado, Gareth Peirce, escreveu carta após carta ao governador [diretor] da prisão protestando contra a retenção de documentos legais, o acesso à biblioteca da prisão, o uso de um laptop básico para preparar o seu caso. A prisão demorou semanas, mesmo meses, para responder. (O governador, Rob Davis, fora agraciado com uma Ordem do Império Britânico).

Livros enviados a ele por um amigo, o jornalista Charles Glass, ele próprio um sobrevivente de uma tomada de reféns em Beirute, foram devolvidos. Julian não podia telefonar aos seus advogados americanos. Desde o início, ele tem sido constantemente medicado. Uma vez, quando lhe perguntei o que lhe estavam lhe dando, ele não conseguiu dizer.

DIREITO DE COMPARECER AO TRIBUNAL

Na audiência do Tribunal Superior da semana passada para decidir finalmente se Julian seria ou não extraditado para a América, ele apareceu apenas brevemente por um link de vídeo no primeiro dia. Ele parecia doente e inquieto. O tribunal foi informado de que ele havia sido “dispensado” por causa da sua “medicação”. Mas Julian havia pedido para assistir à audiência e foi recusado, disse a sua parceira Stella Moris. Comparecer a um tribunal que está julgando você é certamente um direito.

Este homem extremamente orgulhoso também exige o direito de parecer forte e coerente em público, como fez no [tribunal] Old Bailey no ano passado. Então, ele consultou constantemente os seus advogados através da fenda na sua gaiola de vidro. Fez anotações copiosas. Levantou-se e protestou com eloquente cólera contra mentiras e abusos do processo.

O dano que causaram a ele em sua década de encarceramento e incerteza, incluindo mais de dois anos em Belmarsh (cujo regime brutal é celebrado no último filme de Bond), está fora de dúvida.

Mas também a sua coragem está fora de dúvida, assim como uma qualidade de resistência e resiliência que é heroísmo. É isto que se pode ver através do atual pesadelo kafkiano – se for poupado de um infernal buraco americano.

Conheço Julian desde a sua primeira visita à Grã-Bretanha em 2009. Em nossa primeira entrevista, ele descreveu o imperativo moral por detrás do WikiLeaks: que nosso direito à transparência de governos e poderosos era um direito democrático básico. Observei-o agarrar-se a este princípio quando, às vezes, isso tornava a sua vida ainda mais precária. Quase nada desse lado notável do caráter do homem foi relatado na chamada imprensa livre, cujo próprio futuro, dizem, está em perigo se Julian for extraditado.

Claro, nunca houve uma “imprensa livre”. Houve jornalistas extraordinários que ocuparam posições na “grande imprensa” – espaços que agora se fecharam, forçando o jornalismo independente a entrar na Internet.

* Cineasta e jornalista. Reproduzido de Consortium News. Tradução Hora do Povo.

Leia a íntegra do texto de Pilger no site do HP

China a EUA: ‘mudança climática exige ações concretas, não palavras vazias’



China “adiciona 12.000 hectares de florestas e 90.000 kW de potência fotovoltaica, por dia, afirma o porta-voz da Chancelaria chinesa, Wang Wenbin

Pentágono concluiu que foi “legítima defesa” seu ataque em Cabul que matou sete crianças

“Imagine matar um trabalhador humanitário. Imagine matar sua família também. Imagine que sete deles fossem na verdade crianças, beberrinhos sorridentes. Então, simplesmente se levantar da cadeira para tomar um café e dizer: ‘Erros foram cometidos’. Imperdoável”, escreveu em sua conta do Twitter o denunciante do grampo em massa da CIA e da NSA, Edward Snowden.

A indignação de Snowden se deveu à divulgação, pelo Pentágono, do resultado da investigação sobre o ataque de drones em Cabul em 29 de agosto, que matou 10 civis, incluindo sete crianças. A investigação não viu sequer má conduta ou negligência e não recomendou

nenhuma ação disciplinar.

Nesse contexto, Snowden lembrou o caso de Daniel Hale, um ex-analista de inteligência da Força Aérea dos Estados Unidos, que foi condenado a 45 meses de prisão por vaziar informações sigilosas a um jornalista sobre o programa do governo norte-americano de execuções extrajudiciais com drones.

“Esses bastardos colocaram Daniel Hale na prisão por revelar que 9 em cada 10 pessoas que não se mortas por ataques de drones são transeuntes, mas eles nem sequer dão um tapa no pulso de alguém quando sua negligência criminoso enterra um total de 10 vidas total-

mente inocentes”, enfatizou.

A “investigação” do ataque foi concluída na quarta-feira (3). A revisão, realizada pelo Tenente-General Sami Said da Força Aérea, determinou que houve falhas na comunicação e no processo de identificação e confirmação do alvo do bombardeio.

“Como o Departamento de Defesa admitiu anteriormente, o ataque custou a vida de 10 civis, incluindo três homens e sete crianças”, admitiu Said em suas declarações, garantindo que tal medida foi tomada “em legítima defesa”.

“A investigação não revelou qualquer violação da lei, incluindo as regras de guerra”, concluiu o general.



Resolução da ‘mudança climática’ não pode ser uma ‘guerra de ricos contra os pobres’.

Multidão em Glasgow exige ‘justiça climática’ e diz que países centrais são os que mais poluem

Debaixo de uma intensa chuva, milhares de manifestantes marcharam neste sábado (7) em Glasgow, na Escócia, para exigir “justiça climática” em um dia de mobilização global, depois que a ativista sueca Greta Thunberg denunciou as negociações da COP26 como um “fracasso”. Ampliando a pressão, neste mesmo dia foram realizadas réplicas do protesto em 200 cidades do mundo, de Seul ao Rio de Janeiro, passando por Manila, México, Lisboa, Los Angeles e Nairóbi.

Com forte presença da juventude, a concentração em Glasgow começou no Kelvingrove Park, nas proximidades do local onde a COP-26 é realizada, ganhou corpo e deu voz aos que defendem um acordo imediato para limitar o aquecimento global em 1,5 graus neste século.

“O que nós queremos? Justiça climática! Quando queremos? Agora!”, “O povo unido jamais será vencido”, e “A mudança climática é uma guerra dos ricos contra os pobres”, bradava a multidão.

Na sexta-feira (5), a ativista sueca Greta Thunberg havia condenado a postura da cúpula, apontando para o seu naufrágio. A jovem de 18 anos disse que “deveria ser óbvio que não podemos resolver uma crise com os mesmos métodos que nos colocaram nela. E mais e mais pessoas estão começando a perceber isso. Muitos estão começando a se perguntar o que é preciso para os detentores do poder acordarem”. “É uma celebração de duas semanas de

‘nada acontece aqui’ e blá, blá, blá”, denunciou Thunberg, frisando que “não se trata mais de uma conferência sobre o clima, é um festival de lavagem de imagens”.

“Esta é a COP26, já tivemos 25 antes e todas foram fracassos”, ressaltou Lilly Henderson, 17, integrante do grupo Fridays for the Future.

Para a diretora do Greenpeace, Jennifer Morgan, está claro que a principal responsabilidade pela emissão de poluentes e gases de efeito estufa é dos países centrais, mais industrializados e que, portanto, devem começar a liberar com urgência os US\$ 100 bilhões anuais acordados em 2009 para enfrentar o problema. Morgan destacou que “os países em desenvolvimento precisam de bilhões” para enfrentar as mudanças climáticas.

O encontro, que começou no domingo e vai até a próxima sexta-feira, conta com representantes de quase 200 países. Entre os participantes estão grupos ambientalistas, indígenas, sindicais e feministas. Destacam-se também a presença de Leonidas Iza, da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, e Verónica Gago, da plataforma argentina Ni Una Menos.

A chuva e os ventos fortes atrasaram o início da marcha, convocada pela plataforma da Coalizão COP26, onde faixas e car-

tazes molhados exigiam “colocar o planeta antes do dinheiro”.

Marchando ao lado de suas duas filhas, Jayne Whitehead, uma paisagista de 54 anos, disse que participava por querer “que elas cresçam com um futuro promissor, que aproveitem o mundo como fazíamos quando éramos jovens e possam olhar para a frente sem medo”. “Um único dia não muda tudo, mas temos que fazer todo o possível e hoje isso é algo que podemos fazer”, apesar da tempestade, acrescentou.

O chefe da COP-26, o ex-ministro britânico Alok Sharma reconheceu que é necessário “ouvir as vozes dos jovens” e “incorporá-los em suas negociações” sobre as mudanças climáticas. O ministro-chefe da Escócia, Nicola Sturgeon, ao lado do enviado do Reino Unido, Nigel Topping, foram alguns dos líderes que receberam as demandas da juventude.

Sharma fez um balanço da primeira semana de reuniões técnicas entre as delegações dos países com o objetivo de chegar a um consenso sobre um pacto global para limitar o aquecimento global a 1,5 grau neste século. Nesse sentido, pediu aos negociadores que encerrem “o máximo de questões possíveis” em vista das reuniões de nível ministerial que ocorrerão na próxima semana.

Ações da China já estão integradas ao 14º Plano Quinquenal; promessas de Biden estão na dependência do aval dos congressistas trumpistas

“Enfrentar a mudança climática exige ações concretas, não palavras vazias”, retrucou o porta-voz diplomático chinês, Wang Wenbin, à declaração feita pelo presidente norte-americano Joe Biden, contra a “ausência” do presidente Xi Jinping (e do presidente russo Vladimir Putin) na cúpula do clima da ONU de Glasgow, a COP26, cuja primeira parte com líderes mundiais se encerrou no início da semana, com os trabalhos continuando com diplomatas e especialistas até o dia 12.

Atrasada em um ano devido à pandemia covid-19, a COP26 é a primeira conferência após o ciclo de revisão de cinco anos sob o Acordo de Paris de 2015.

Por sua vez, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, após registrar que as ações que a Rússia toma contra as mudanças climáticas são “consistentes, ponderadas e sérias”, não aliviou o chefe da Casa Branca. “A tundra queima. Mas não vamos esquecer que as florestas também queimam na Califórnia, Turquia e outras partes do mundo”, rebateu.

Aliás, queimam muito na Califórnia. Peskov acrescentou que a Rússia não minimiza a importância do que está acontecendo em Glasgow. Mas, esclareceu, as ações climáticas do país não são “orientadas para este ou aquele evento”.

O porta-voz Wang enumerou algumas das ações “de verdade” da China sobre as mudanças climáticas. Em média por dia a China “adiciona cerca de 12.000 hectares de área florestal e 90.000 kW de capacidade fotovoltaica instalada”. “Estamos construindo um lote de projetos de energia eólica e fotovoltaica de quase 30 milhões de kW”, destacou.

Antes da cúpula de Glasgow, tanto China quanto Rússia já tinham divulgado à ONU suas metas para a contenção da mudança climática, com os respectivos compromissos de atingir o pico de emissões até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono em 2060, e estão representados presencialmente por altos dirigentes.

A China anunciou no mês passado o fim do financiamento a usinas de carvão no exterior. A Rússia, na COP26, assinou o compromisso de desmatamento zero até 2030.

Analistas ligaram a ausência de Jinping e Putin à pandemia. A Rússia enfrenta um agravamento da crise sanitária. Por sua vez, o presidente Xi não deixa o país desde quando a pandemia começou em 2020.

O representante permanente da China na ONU, Zhang Jun, reagiu à provocação de Washington, enfatizando que para dar conta das mudanças climáticas “precisamos de compromissos firmes e ações contínuas”.

O que não precisamos – continuou – “são slogans vazios, políticas em constante mudança, caravanas de luxo e entourage, expondo irresponsavelmente inúmeras pessoas à infecção”.

No caso, a caravana de Biden de 85 veículos – “muito ecológico”, comentaram as redes sociais. “E não fomos nós que nos retiramos do Acordo de Paris”, destacou o diplomata.

HOLOFOTES E MÃOS VAZIAS

A declaração de Biden à mídia, voltada para ligar holofotes sobre a volta dos EUA às cúpulas do clima depois de quatro anos de sabotagem trumpista, e acusando China e Rússia de “darem às costas”, foi vista pelo jornal chinês Global Times como uma tentativa de fazer da COP26 um “show político”.

A cena de Biden contrasta com as mensagens lúcidas do presidente Xi ao G20 e à COP26, chamando as economias desenvolvidas a liderarem na adoção das respostas às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que convoca a reavivar a economia mundial no pós-pandemia, buscando um “desenvolvi-

mento verde e sustentável”, apoiando os países menos desenvolvidos com financiamento e tecnologia, sob o multilateralismo e o “princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas”.

De parte da China as medidas sobre as mudanças climáticas já foram incluídas no 14º Plano Quinquenal [as metas para 2030 e 2060, o “duplo controle”] e já viraram ação no país inteiro, se tornando um indicador chave do desenvolvimento econômico social do país.

Já Biden literalmente chegou de mãos vazias à COP26, com promessas altissonantes, mas que, por enquanto, são só isso. Biden não tem como aprovar nada no Congresso e Trump ameaça retornar em 2024.

Como salientou o Global Times, para serem levados a sério os compromissos de Biden, ele teria de obter apoio conjunto dos partidos Democrata e Republicano, consignando “em um mecanismo legal de que não será derrubado por um novo governo”.

Aliás, o plano que financiaria os avanços ambientais – e sociais – de seu governo foi cortado pela metade, e nem assim deslançou no Congresso.

O governo Biden também precisa dizer claramente ao mundo “como seus compromissos de redução de emissões serão implementados como uma política industrial nacional. Eles não podem falar da boca para fora em troca de esforços reais de outros países”.

MULTILATERALISMO

Sereno, como é de seu jeito, o presidente Xi em sua mensagem à COP26 enfatizou que “quando se trata de desafios globais como as mudanças climáticas, o multilateralismo é a receita certa”. “Espero que todas as partes tomem ações mais firmes para, em conjunto, enfrentar os desafios climáticos e proteger o planeta, o lar compartilhado por todos nós”.

Apontando que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Acordo de Paris “fornecem a base jurídica fundamental para a cooperação internacional sobre o clima”, o presidente chinês exortou “a nos concentrarmos em ações concretas” e convocou as partes a definir “metas e visões realistas e fazer o melhor” nas medidas de ação climática.

A China, anunciou, irá promover “um sistema econômico verde em um ritmo mais rápido”, avançará com o “ajuste da estrutura industrial” e deterá projetos irracionalmente “com alto consumo de energia e altas emissões”.

A China lançará planos de implementação específicos para áreas-chave “como energia, indústria, construção e transporte, e para setores-chave como carvão, eletricidade, ferro e aço e cimento”, juntamente com medidas de apoio “em termos de ciência e tecnologia, sumidouros de carbono, políticas fiscais e tributárias e incentivos financeiros”, acrescentou.

O que conforma uma estrutura de política para alcançar o pico de carbono e a neutralidade de carbono, “com um cronograma, roteiro e projeto claramente definidos”.

Xi cobrou ainda dos países desenvolvidos o compromisso – de 2009 – de financiarem as respostas dos países mais pobres com US\$ 100 bilhões por ano. Ele observou ainda que os países do G20, como responsáveis por 80% das emissões globais de gases de efeito estufa, têm uma “responsabilidade maior”.

14º PLANO QUINQUENAL

A bem da verdade, o porta-voz Wang foi bastante modesto sobre as realizações da China para responder à mudança climática. A China já gera mais energia solar e eólica do que a União Europeia e se tornou líder mundial incontestemente em veículos elétricos, trens elétricos de alta velocidade e em painéis solares. [...]

Leia a íntegra no site do HP

A Revolta da Chibata em seus 111 anos

Neste mês, a Revolta da Chibata, acontecimento da luta pela liberdade que iluminou como um relâmpago o marasma das instituições da República Velha, faz 111 anos. Em sua homenagem, publicamos o texto abaixo, escrito também já há tempos – cerca de 20 anos. Esperemos



que ele seja de proveito aos leitores, especialmente aos mais jovens.

(CARLOS LOPES)

*“Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais”*

(JOÃO BOSCO E ALDIR BLANC)

Mais de duas décadas depois da Abolição, no entanto, em novembro de 1910, quando eclode a Revolta da Chibata, é ainda contra os resquícios do escravagismo que João Cândido e seus companheiros se revoltam.

Os maus tratos a marinheiros tinham provocado vários motins desde o Império. A chibata na Marinha era uma triste herança inglesa, introduzida no Brasil pelo almirante Cochrane na época da Independência, junto com o recrutamento forçado e o serviço obrigatório de 15 anos para os marinheiros, em geral negros ou mulatos. Tornada ilegal pelo governo provisório da República, e depois ressuscitada pelos monarquistas que sobreviviam na Marinha – Saldanha da Gama, o chefe da revolta da Armada, orgulhava-se de ser um “chibateiro” emérito –, durante o governo Rodrigues Alves a chibata havia sido quase abolida, por ação do ministro da Marinha, almirante Júlio César Noronha. No entanto, com a mudança de planos feita pelo seu sucessor, o uso da chibata havia mais uma vez recrudescido.

No dia 22 de novembro de 1910, após um desumano castigo de 250 chibatadas imposto a um marinheiro do encouraçado Minas Gerais, Marcelino Rodrigues, a revolta estourou. Praticamente toda a esquadra – uma das mais poderosas do mundo na época – ficou em poder dos revoltosos em alguns minutos. Imediatamente, João Cândido passou uma mensagem por rádio para o Palácio do Catete: “Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao presidente da República, ao ministro da Marinha. Queremos resposta já e já”.

Apenas seis dias antes havia tomado posse o novo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca. O novo governo enviou, então, a bordo dos navios revoltados, o comandante da Marinha José Carlos Carvalho, também deputado federal, que subiu fardado para conversar com os revoltosos e foi recebido por eles com todas as honras militares. Seu relato posterior ao Congresso é um documento notável, no qual transparece sua honestidade e integridade e seu horror ao que tinha presenciado e ao que tinha ouvido:

“... perguntei quem se responsabilizava por aqueles atos. Responderam-me: ‘todos’. E um deles acrescentou: ‘estamos em um verdadeiro momento de desespero; sem comida, muito trabalho, e as nossas carnes rasgadas pelos castigos corporais que chegam à crueldade. Não nos incomodamos com o aumento de nossos vencimentos, porque um marinheiro nacional nunca trocou por dinheiro o cumprimento de seu dever e os seus serviços à Pátria. (...) Nada queremos senão que nos aliviem dos castigos corporais, que são bárbaros, que nos deem meios para trabalhar com nossas forças. V. S.^ª pode percorrer o navio, para ver

que está tudo em ordem, e até o nosso escrúpulo, sr. comandante, chegou a este ponto: ali estão guardando o cofre de bordo quatro praças, com as armas embaladas; para nós aquilo é sagrado. Só queremos que o sr. presidente da República nos dê liberdade, abolindo os castigos bárbaros que sofremos, dando-nos alimentação regular e folga no serviço. V. S.^ª vai ver se nós temos ou não razão’. Mandaram vir à minha presença uma praça que tinha sido castigado na véspera. As costas desse marinheiro assemelhavam-se a uma tainha lanhada para ser salgada”.

O comandante Carvalho referiu-se, também, à perícia dos marinheiros no manejo dos navios. Seu líder, João Cândido, era – e foi, até o fim de sua longa e difícil vida – um homem notável. O nome pelo qual ficou conhecido pelo povo, “almirante negro”, fez-lhe justiça. Sua inteligência, capacidade de sacrifício e ausência de ressentimentos foram tão responsáveis pela sua fama quanto sua capacidade náutica – filho de um negro que foi soldado no Paraguai, passou a sua infância como “negrinho do pastoreio”, no Sul; participou do conflito com a Bolívia, no Acre; fez parte da exploração da Amazônia pelo navio Tocantins; depois de estar em missão no Paraguai, seguiu para a Europa, acompanhando, nos estaleiros de Newcastle, Inglaterra, a construção do “Minas Gerais” e fazendo parte da tripulação na viagem inaugural do encouraçado, que trouxe dos EUA os restos mortais do grande abolicionista Joaquim Nabuco.

O documentos da revolta são dos mais candentes de nossa história. Transcrevemos aqui apenas um deles:

“Ao povo e ao chefe da Nação.

“Os marinheiros do Minas Gerais, do São Paulo, Bahia, Deodoro, e mais navios de guerra vistos no porto com a bandeira encarnada, não têm outro intuito que não seja o de ver abolido das nossas corporações armadas o uso infamante da chibata, que avilta o cidadão e abate o caráter. A resolução de içarem no mastro dos navios as bandeiras encarnadas e de se revoltarem contra o procedimento de alguns comandantes e oficiais só foi levada a efeito depois de terem reclamado, por vezes insistentemente, contra esses maus tratos, contra o excesso de trabalho a bordo e pela mais absoluta falta de consideração com que foram tratados.

“Do chefe da Nação, o ilustre marechal Hermes da Fonseca, cujo governo os marinheiros desejam coroado pela paz e pelo mais inexcusável brilho, só desejamos os reclamantes a anistia geral, a abolição completa dos castigos corporais para engrandecimento moral das nossas classes armadas.

“Os marinheiros lamentam que este acontecimento se houvesse dado no começo da Presidência de S. Ex., o sr. marechal Hermes da Fonseca, a quem a guarnição do São Paulo é espe-



No alto, a Revolta da Chibata, em novembro de 1910. Acima, João Cândido, o líder da Revolta da Chibata

cialmente simpática.

“Ao povo brasileiro os marinheiros pedem que olhem a sua causa com a simpatia que merece, pois nunca foi seu intuito tentar contra as vidas da população laboriosa do Rio de Janeiro.

“Só em última emergência, quando atacados ou de todo perdidos, os marinheiros agirão em sua defesa. Esperam, entretanto, que o governo da República se resolva a agir com humanidade e justiça.

“Ass. Os marinheiros da Armada brasileira.”

Mesmo debaixo de uma pressão reacionária que desprezava completamente as vidas da população e os danos a navios cuja aquisição havia endividado enormemente o país, o governo Hermes da Fonseca decidiu não atacar os revoltosos.

No entanto, não havia uma liderança governista com autoridade e coragem suficiente para apresentar a proposta de anistia sem que fosse liquidado pelas próprias forças que apoiavam o

governo. Nem mesmo o senador Pinheiro Machado, o político mais influente do governo – e em quem João Cândido, que o conheceu no Sul, confiava – se atreveu a tomar a iniciativa.

Foi, então, o adversário do marechal Hermes nas recentes eleições, que o fez. O discurso de Rui Barbosa é um dos mais contundentes libelos já ouvidos:

“Os fortes são os que cedem e transigem numa situação em que a condescendência é o único meio imposto para a salvação pública; o fraco é o que já na última extremidade ainda supõe ter nas mãos todos os recursos e é forçado a abandoná-los em última análise quando as transações revestem as formas das humilhações indecentes e desgraçadas.

“... é necessário não esquecermos o valor da gente que tripula essas máquinas de guerra. Digamo-lo, com alguma vaidade, com algum desvanecimento, por honra dos nossos compatriotas. O que constitui as forças das máquinas de guerra não é a sua mole, não é a sua grandeza, não são os aparelhos de destruição – é a alma do homem que as ocupa, que as maneja, e as arremessa contra o inimigo. As almas dessas máquinas que povoam os

nossos grandes *dreadnoughts*, hoje, em nossa baía, sejamos justos ainda para com esses infelizes no momento do seu crime [referência aos oficiais mortos nas primeiras horas da revolta], as almas desses homens têm revelado virtudes que só honram a nossa gente e a nossa raça.

“...vi como esses homens lhe demonstravam [ao comandante e deputado Carvalho] com orgulho os seus navios, dizendo: ‘Senhor, isto é uma revolta honesta’. Eles tinham lançado ao mar toda a aguardente existente a bordo, para não se embriagarem; tinham feito guardar, com sentinelas, as caixas onde se encontravam depositados os valores; tinham mandado guardar com sentinelas os camarotes dos oficiais para que não fossem violados; tinham guardado, na organização do movimento, um sigilo prodigioso entre os costumes brasileiros; tinham sido fiéis à sua ideia; tinham sido leais uns aos outros, desinteressados na luta (...). Gente dessa ordem não se despreza. Lamentam-se os desvios, mas reconhece-se o valor humano que ela representa.

“As reclamações capitais existentes na base desse movimento correspondem a necessidades ir-

recusáveis. Estes castigos foram abolidos por ato legislativo do Governo Provisório [do qual Rui fora a principal figura do Ministério]. Abusos com os quais, na gloriosa época do abolicionismo, levantamos a indignação dos nossos compatriotas, quando nos batíamos pela liberdade, abusos que fazem desconhecer no soldado e no marinheiro as qualidades principais daqueles que têm de expor a vida para defender a Nação.

“A escravidão começa por desmoralizar e aviltar o senhor antes de desmoralizar o escravo”.

Depois de Rui, falou o líder do governo, Pinheiro Machado, também apoiando a anistia, que é aprovada rapidamente pelo Congresso.

João Cândido, apesar da resistência de uma parte de seus companheiros, a aceitou. E então teve início a vergonha, sob os protestos exaltados e a denúncia ardente de Rui. Em desrespeito à lei, os líderes são presos e encerrados numa masmorra subterrânea insalubre, onde se atira cal, para que eles o respirem. Somente dois saem vivos daquela cela – um deles, João Cândido. Mas a chibata tinha sido abolida de uma vez para sempre nas belonaves da Marinha de Guerra do Brasil.